



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Rodrigo Silva e Silva

Desigualdade Social e Análise Sociopolítica no Brasil (2001 a 2022)

Florianópolis

2024

Rodrigo Silva e Silva

Desigualdade Social e Análise Sociopolítica no Brasil (2001 a 2022)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa.

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Rodrigo Silva e
Desigualdade Social e Análise Sociopolítica no Brasil
(2001 a 2022) / Rodrigo Silva e Silva ; orientador,
Armando de Melo Lisboa, 2024.
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Desigualdade social. 3.
Desenvolvimento econômico. 4. Pobreza. 5. Brasil. I.
Lisboa, Armando de Melo. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Rodrigo Silva e Silva

Desigualdade Social e Análise Sociopolítica no Brasil (2001 a 2022)

Florianópolis, 05 de dezembro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fred Leite Siqueira Campos

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa

Orientador(a)

Florianópolis, 2024

RESUMO

O Brasil é um país considerado extremamente desigual, e isso reflete, significativamente, na economia e em outras vertentes de desenvolvimento. Mesmo com algumas mudanças que ocorreram no século XXI, que levaram a uma evolução da distribuição de renda e de riquezas, essa condição precária está presente em toda a história, por ter, o Brasil, um passado marcado pela presença de escravidão, capitalismo tardio, exploração de suas riquezas naturais, ausência de reformas políticas e sociais, dentre outras condições que influenciam nesse aspecto. O principal objetivo deste estudo é realizar uma análise sociopolítica da desigualdade social no Brasil entre os anos de 2001 e 2022. Os resultados condicionaram uma síntese dos fenômenos que influenciam a pobreza, elemento este que teve novos ciclos de ampliação principalmente a partir da segunda década deste século, desta forma se buscou métodos para a sua amenização a partir do enfrentamento da desigualdade estrutural enraizada no Brasil. Concluiu-se que é necessário um planejamento estratégico com programas destinados à amenização da desigualdade social no Brasil, contribuindo então com resultados positivos, e conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desigualdade social. Desenvolvimento econômico. Brasil.

ABSTRACT

Brazil is considered an extremely unequal country, and this is significantly reflected in its economy and other aspects of development. Despite some changes in the 21st century that led to improvements in the distribution of income and wealth, this precarious condition has been a constant throughout its history. This is due to Brazil's past, marked by slavery, late capitalism, exploitation of natural resources, and the absence of political and social reforms, among other factors that influence these aspects. The main objective of this study is to conduct a socio-political analysis of social inequality in Brazil between 2001 and 2022. The results outline a synthesis of the phenomena influencing poverty, which has experienced new cycles of expansion, particularly from the second decade of this century. In response, methods were sought to mitigate this issue by addressing the deeply rooted structural inequality in Brazil. It was concluded that strategic planning with programs aimed at alleviating social inequality is necessary, contributing to positive outcomes and, consequently, economic development.

Keywords: Social inequality. Economic development. Brazil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de Gini e Curva de Lorenz	23
Figura 2 – Pessoas em situação de extrema pobreza	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB e PIB per capita em reais (2001-2021)	12
Gráfico 2 – Necessidade de redução de desigualdades	47
Gráfico 3 – Percepção da própria posição na renda nacional	48
Gráfico 4 – Percepção redução das desigualdades	49
Gráfico 5 – Taxa trimestral do PIB (2013-2022)	51
Gráfico 6 – Evolução do Índice de Gini por trimestre (2013-2022)	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desafios no desenvolvimento social

37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TEORIA SOBRE A PERCEPÇÃO DA POBREZA E AS DESIGUALDADES	15
2.1	PERCEPÇÃO <i>VERSUS</i> CONSTATAÇÃO QUANTO A REALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL	18
2.2	COMO MEDIR A DESIGUALDADE	21
2.3	DESIGUALDADE COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE NO BRASIL	26
3	TAMANHO DA POBREZA NO BRASIL	28
3.1	ELEMENTO HISTÓRICO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL	29
3.2	DETERMINANTES DA POBREZA	34
3.3	OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	36
3.4	PROBLEMAS SOCIAIS E SEUS DETERMINANTES	38
4	POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL NO SÉCULO XXI	43
4.1	A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E SUA COMPLEXIDADE	45
4.2	COMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS VERTENTES	50
4.3	PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS DESENVOLVIMENTISTAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA	52
5	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

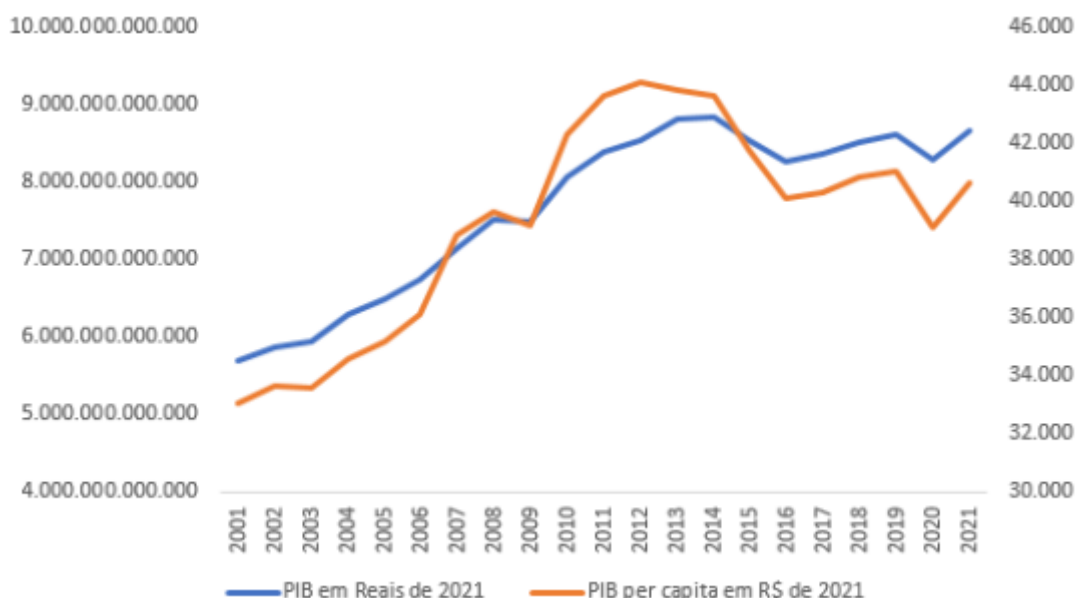
Ao longo de décadas do século passado, o Brasil testemunhou um vigoroso crescimento econômico, indicador frequentemente utilizado para medir o progresso de uma nação. Entretanto, a desigualdade social, mesmo em face do desenvolvimento, não apenas persistiu, mas também cresceu de maneira marcante. Tal fenômeno intriga, gerando uma demanda por estudos que buscam entender suas origens e manifestações (CARNEIRO, 2012).

A disparidade de renda e acesso a recursos tem sido uma característica persistente da sociedade brasileira, influenciando diretamente a capacidade de diferentes grupos sociais de se beneficiarem do desenvolvimento econômico. As raízes dessa desigualdade são profundas e remontam a questões históricas e políticas que têm moldado a distribuição desigual de oportunidades e recursos (GARCIA, 2017).

Desta forma, uma das constatações preocupantes no cenário macroeconômico é a estagnação da renda *per capita* mesmo diante do crescimento econômico. Esse paradoxo destaca a complexidade dos desafios enfrentados pela economia brasileira e levanta questões fundamentais sobre a distribuição dos benefícios do desenvolvimento (CARNEIRO, 2012).

Enquanto o país observava um aumento na sua produção e atividade econômica com uma média de quase 4% positiva de variação do PIB anual, nos primeiros 10 anos do século, segundo dados do IBGE (2022), a tradução desse crescimento em melhorias palpáveis no padrão de vida da população em geral mostrou-se aquém do esperado principalmente nos 10 anos que sucederam esse período.

No Gráfico 1 - PIB e PIB *per capita* em reais (2001-2021) são demonstrados os dados dos primeiros 20 anos do século, refletindo as variações com tendências positivas na primeira década e a retração desse crescimento, dando lugar a uma redução de ambos os indicadores a partir da segunda década.

Gráfico 1 - PIB e PIB *per capita* em reais (2001-2021)

Fonte: Considera, *et al* (2022).

O século XXI trouxe transformações profundas na dinâmica social e econômica brasileira, a estabilidade política em conjunto com um constante crescimento econômico, queda nos índices de desemprego e o controle inflacionário dos primeiros 10 anos deste século, possibilitou uma série medidas que visavam a melhor distribuição de renda e universalizar o acesso das parcelas mais pobres da população brasileira a bens e serviços básicos, como educação, habitação, água de qualidade, eletricidade, escoamento sanitário e bens de consumo duráveis (MOZETTI, 2018).

Entretanto, a estabilidade apresentada nos primeiros anos do século XXI deu lugar a uma dinâmica de incerteza política a partir de uma série de resultados aquém do esperado nos indicadores econômicos e este cenário se perpetuou desde 2010 até os tempos atuais. Diante disso, faz-se necessário analisar e comparar a relação entre o desenvolvimento econômico brasileiro e a desigualdade social, além da esfera apenas da renda, nestes dois períodos do século, que apesar de serem sequenciais, foram marcados por muitas nuances entre eles (CAMPELO; GENTILLI, 2018).

Desta forma, a problemática deste estudo se dá a partir do contexto político e econômico do Brasil no início século 21 que era diferente de qualquer outro

momento em sua história. Diante deste ambiente que proporcionou um visível desenvolvimento econômico do país vem à tona a seguinte pergunta norteadora. “Por que o desenvolvimento econômico no Brasil no século XXI não foi capaz de reduzir significativamente a desigualdade social, mesmo com períodos de crescimento e políticas públicas voltadas para a inclusão social?”

A importância de abordar esse tema já é justificado apenas ao analisar os indicadores socioeconômicos de renda do século XXI, temos dois panoramas diferentes ao recortarmos em dois períodos de 2001 à 2011 e 2011 a 2022, enquanto na primeira década do século temos um notável crescimento econômico acompanhado de uma diminuição da taxa de desemprego e crescimento da renda *per capita*, na segunda década temos uma retração desses indicadores de uma maneira geral, segundo os dados do IBGE (2022).

Apesar dos indicadores socioeconômicos citados acima serem regularmente revisitados e comparados entre os dois períodos citados, os indicadores de caráter mais qualitativo, subjacentes à desigualdade social e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico, como a disponibilidade de serviços públicos e o acesso das classes mais inferiores a bens e serviços básicos não são amplamente estudados e tendem a ser os indicadores que melhor explicam o quanto avança a distribuição de renda e, principalmente, a distribuição mais ampla de direitos no Brasil.

O principal objetivo deste estudo é realizar uma análise sociopolítica da desigualdade social no Brasil entre os anos de 2001 e 2022.

Outros objetivos são almejados com a realização deste estudo: Discorrer sobre a teoria acerca da percepção da pobreza e das desigualdades; discorrer sobre as condições da pobreza, as pessoas em situação de rua, os determinantes da pobreza e os desafios inerentes ao desenvolvimento social; identificar os fatores referentes às impossibilidades de redistribuição de renda e na amenização da desigualdade, fazendo uma análise referente às perspectivas e as estratégias desenvolvimentistas acerca da economia brasileira.

O estudo é de natureza analítica, pois visa investigar e explicar as causas, dinâmicas e conseqüências da desigualdade social no Brasil entre 2001 e 2022 a partir de uma revisão de literatura, sendo que o método aplicado no processo de conhecimento deste estudo corresponde ao dedutivo, pois, com base em questões já elaboradas, foi levantado e formulado, com argumentos gerais condizentes como

verdadeiro, respaldando a lógica entre as premissas gerais e particulares, aderindo à conclusão com meios alternativos para aprimoramentos a serem aplicados.

Os materiais utilizados para a sustentação teórica desta pesquisa, condiz com artigos e demais periódico retirados das bases de dados, Scielo, CAPES e Google Acadêmico, com a aplicação de descritores, como, economia, desigualdade social, desenvolvimento econômico, crescimento econômico, políticas públicas para amenizar as desigualdades sociais, que tenham ligação com a temática “Desigualdade Social e Análise Sociopolítica no Brasil (2001 a 2022)”.

Dos artigos que foram selecionados e serão mais utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, grande parte enfatiza sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais, na busca de novas propostas para que seja aprimorado o conhecimento, a experiência que aponta os cuidados e mais visibilidade, em que as três bases mais utilizadas foram Scielo, Google Acadêmico e CAPES.

A coleta de dados contou com artigos disponíveis em textos completos, publicados em português, com espaço temporal delimitado de 2001 a 2024.

Essa pesquisa está dividida por capítulos para a melhor compreensão da contextualização. A introdução é uma breve apresentação do que serão discorridos, com a apresentação do tema, problemática, a justificativa que é a importância do levantamento do tema, os objetivos propostos, os materiais utilizados e os métodos aplicados para o desenvolvimento.

O primeiro capítulo desta pesquisa versa sobre a parte histórica, relatando sobre a pobreza, desigualdades e suas vertentes, com ênfase no Brasil, as percepções e constatações, além da desigualdade como sendo um elemento estruturante da economia do país. Já o segundo capítulo, aprofunda mais o tema, descrevendo sobre os determinantes da pobreza levando em consideração o elemento da exclusão social e apresentando os desafios para que possa ser amenizada ou sanada.

Por fim, o terceiro capítulo que levanta dados e questões a serem discutidas, sobre a desigualdade social e como ela se mantém constante no país, as impossibilidades quanto a redistribuição de rendas para a amenização da pobreza, assim como métodos a serem aplicados, como perspectivas e estratégias acerca da economia brasileira. Enquanto que a conclusão condiz com a resposta da pergunta norteadora proposta.

2 TEORIA SOBRE A PERCEPÇÃO DA POBREZA E AS DESIGUALDADES

Ao realizar a pesquisa acerca desse tema, foi perceptível que a maioria das literaturas discorriam sobre a desigualdade social sendo um dos principais problemas enfrentados, inclusive no Brasil, se tratando de uma questão que é bem complexa e acarretada por diversos fatores e interpretações, o que torna mais difícil a resolução ou meios para a amenização, pois engloba questões políticas, econômicas, dentre outras.

De acordo com os estudos de Neri (2018), as desigualdades sociais são resultantes de instituições e políticas públicas que são modeladas com diversas dinâmicas e padrões de acordo com locais, envolvendo diversas configurações e regulamentações do país, que são características nas quais influenciam o estado de bem-estar social, panorama que causa preocupação significativa, como o retrocesso das políticas públicas nesse viés.

É importante fazer uma análise acerca das teorias que envolvem a percepção sobre a pobreza e as desigualdades, e que as literaturas utilizadas como base ressaltam ser um campo de estudo elementar e com tendência a ser dominado pelas análises e as percepções dos grupos sociais com maiores condições econômicas/financeiras (SEEKING, 2018).

Seeking (2018) descreve que uma das principais condições é referente ao fato da elite econômica e política com mais recursos ocupar a maioria dos postos-chaves no campo privado e público, o que tende a direcionar a distribuição da riqueza na sociedade sendo favorável a si mesmo.

Nos estudos desenvolvidos por Scalón (2011) a desigualdade é uma das características mais eminentes da estrutura brasileira, e isso não significa ser referente apenas a distribuição de renda, mas a uma série de condições que serão percorridas ao longo da pesquisa, o que torna o apontamento e busca pelo ponto-chave do problema como uma condição complexa, com os diversos aspectos, principalmente a relevância entre a pobreza e a precariedade.

Nesse segmento, a pobreza deve ser compreendida como uma privação de capacidades primordiais que alavancam a vulnerabilidade, exclusão social, a carência seja de poder, participação e voz, a exposição ao medo e a violência, dentre outros fatores que acentuam com potencialidade a exclusão de um grupo de pessoas. Todos esses fatores tornam necessária a busca por alternativas que

amenizem as desigualdades sociais, possibilitando melhorias, ainda que políticas públicas sejam desenvolvidas estrategicamente para tal.

Scalon (2011) relata sobre a pobreza ser um problema público que precisa não apenas ser abordado, mas desenvolvido métodos que possam amenizar este problema como o objeto central das ações governamentais, atenuando a visão cética referente a capacidade dos governos na busca por solução dessa questão. Tornando ainda vital, a demonstração de fatores que versam sobre institucionalidade dos princípios do estado do bem-estar social e a cultura política de cada nação que refletem em opiniões diversificadas seja quanto ao grau e o método de intervenção estatal.

Desta forma é importante considerar a distribuição de renda e a alocação de indivíduos dentro da estrutura social ao se discutir as transformações sociais. Ao abordar essas transformações, é essencial reconhecer a desigualdade como um aspecto central e expressivo da sociedade brasileira, pois a desigualdade é um fenômeno multidimensional (abrangendo diferentes aspectos da vida, como economia, educação, acesso a serviços), transversal (afetando diversas camadas e grupos sociais), e duradouro (persistente ao longo do tempo).

São muitos os fatores a serem considerados, referentes a desigualdade e pobreza, o que torna a relevância do tema e a compreensão para a sociedade, na medida que são expressos os números referentes às dimensões acarretadas e as consequências. Além disso, o enfrentamento das desigualdades vai além das políticas sociais e os projetos de nação, o que faz com que o Brasil seja considerado um país com necessidade de analisar as condições quanto às desigualdades que surgem e que se reproduzem.

O entendimento acerca da pobreza e das desigualdades existe desde os primórdios, no entanto, varia de acordo com o espaço e o tema, compreendendo o que é fundamental para a análise das medidas e ainda da negligência referente ao enfrentamento. Hossain (2005) relata com suas próprias palavras sobre a pobreza e desigualdades:

Embora as políticas do mundo em desenvolvimento sejam muito diversas, uma regularidade é que o poder tende a se concentrar relativamente nas mãos dos tipos de pessoas que temos entrevistado – pequenas elites nacionais. Essas têm atitudes ambíguas em relação à redução da pobreza e da desigualdade e têm interesse nela. Por um lado, eles podem se beneficiar de serem poderosos e ricos no meio da pobreza, e temer as

consequências de qualquer mudança significativa. Por outro lado, eles podem frequentemente perceber a pobreza como um problema e uma ameaça - ao bem-estar de 'pessoas como elas' ou à prosperidade, segurança ou dignidade de uma comunidade política e moral (nacional) maior com a qual eles se identificam (HOSSAIN, 2005, p. 208).

Nesse viés, a desigualdade e pobreza possuem conceitos e realidades diferentes. Elas estão intrinsecamente relacionadas, de forma referente às disparidades quanto às possibilidades de vida que acabam determinando meios para fugir de condições de privações e da vulnerabilidade. Assim, para compreender sobre a pobreza é necessário o reconhecimento de que é um produto das extremas concentrações renda e recursos. Ao partirmos do fato que a renda das pessoas é resultado da capacidade de mobilização dos ativos que possuem, sejam eles financeiros, educacionais, ou sociais, podemos então refletir o quanto esses ativos são concentrados e se retroalimentam (SEEKING, 2018).

A pobreza e a desigualdade são segmentos diferentes, conforme já mensurado, mas estão estritamente relacionados, sendo que a conceituação da pobreza seja relacionada apenas a precariedade da renda, mas deve ser compreendido de forma mais complexa e abrangente, como uma privação das capacidades básicas o que conduz a vulnerabilidade, exclusão, carência, dentre outras situações, que envolvem a exclusão dos direitos básicos e do bem-estar humano.

Percebe-se que a relação entre essas duas dominantes (pobreza e desigualdade) são condições complexas e com diversas faces que são permeadas em uma série de teorias que buscam a explicação de suas causas, consequências e as interconexões com outros fatores. Seeking (2018) relata que a pobreza pode ser compreendida como uma condição, na qual, os indivíduos ou determinado grupo de pessoas não possuem recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas, como a alimentação, moradia, educação, saúde, dentre outros, e geralmente ela é comparada de forma similar com a desigualdade social e econômica (SEEKING, 2018).

Já a teoria referente a desigualdade engloba em sua estrutura uma série de geração ou omissão de oportunidades, ou seja, ela sugere que a desigualdade acentua a diferença de oportunidades disponibilizadas em diferentes grupos, e no que se refere a sociedade como um todo, o que acaba contribuindo diretamente

para a pobreza na forma como possibilita ainda menos oportunidades a quem já tem poucos ativos (SEEKING, 2018).

Em linhas gerais, essa situação decorre do fato dos indivíduos em diferentes posições menos privilegiadas, com o acesso limitado aos recursos como a educação de qualidade, empregos bem remunerados e os cuidados com a saúde, limitando assim as possibilidades de fugir da pobreza. Essas teorias relacionam a pobreza e a desigualdade, mostrando a necessidade de intervenções estatais que possam disponibilizar oportunidades e recursos a estes grupos em situação de precariedade como por exemplo políticas em prol da redistribuição de renda, que gerem investimentos em educação e saúde pública nos locais que estes grupos estão.

Dessa forma, as teorias que discorrem sobre a relação entre pobreza e a desigualdade apresentam uma discussão de cunho complexo, em que a desigualdade de oportunidades contribuem com a perpetuação dos ciclos de pobreza, e conseqüentemente, a distribuição de forma desigual de recursos, de modo que a quebra deste paradigma necessita da efetivação de políticas públicas.

2.1 PERCEPÇÃO *VERSUS* CONSTATAÇÃO QUANTO À REALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL

As regiões que formam o território brasileiro são bem afetadas pelos abismos sociais. Isso acaba condizente com os impactos sociais em referência à globalização e ao crescimento econômico. Mesmo com algumas buscas pela erradicação da pobreza e da desigualdade social, esses dois objetivos ainda estão longe de serem alcançados, pois mesmo com todos os avanços é perceptível a constatação da extrema pobreza que se vive (GUTIERREZ; SILVA, 2017).

A dignidade da pessoa humana tem importância central como um princípio fundamental que orienta e permeia todos os demais direitos fundamentais, sendo a base para o reconhecimento e a efetivação de um conjunto mínimo de direitos, garantindo que esses direitos sejam interpretados e aplicados em conformidade com esse princípio (SARLET, 2014).

Todos os cidadãos brasileiros são pessoas munidas de direitos e deveres, todos eles constam no ordenamento jurídico. Porém mesmo com o esse ordenamento sendo plausível e bem completo, nem sempre ele é condizente com a realidade, como no caso da efetivação aos direitos fundamentais em prol da

população que vive em situação de pobreza, além ainda de outras perspectivas relacionadas ao estudo dos direitos humanos, que valorizem o reconhecimento dos direitos a fim de alcançar os princípios básicos da vida (SARLET, 2014).

Isso significa que a realidade é que nem sempre os cidadãos gozam dos direitos e garantias fundamentais apresentados pela Constituição Federal/88 e outros acordos a nível mundial, prova desse fato é que ao analisarmos população que vive em situação de pobreza identificamos um estágio degradante na evolução da humanidade, com quase nenhuma ou mínimas condições necessárias para que tenham uma vida digna, o que acaba por tornar esses cidadãos em pessoas excluídas e mais propícias a criminalidade.

A situação de pobreza predispõe o indivíduo a situações de vulnerabilidade, diante as demais pessoas da sociedade, e essa circunstância acarreta a uma condição de invisibilidade, de quem não os veem como cidadãos, além de diminuir a condição de ser humano. Assim, além do reconhecimento das dimensões dos problemas que esse fato acarreta, o levantamento desse estudo é fundamental para despertar na sociedade e nos representantes dos cidadãos um meio, ou seja, políticas públicas para amenizar a atual condição e combater estas situações sem o mínimo de garantia desses indivíduos como cidadãos (SARLET, 2014).

As pessoas pobres são aquelas em vulnerabilidade econômica/social e que são detentoras de direitos, porém, acabam por não ter esses direitos efetivados nos espaços que vivem. Sendo assim se faz necessária a elaboração de políticas públicas em prol da atribuição de novas funções a estes e demais espaços públicos, com o intuito de gerar maior dignidade e respeito. Fatos estes que são amparados não apenas pela Constituição Federal/88, mas por outras leis e normativas à estas pessoas, assim cabendo ao Estado o dever de dar proteção ao cidadão, criando condições para que possam ter dignidade, dentre outras possibilidades que atinjam suas demandas e atendam as necessidades dessas pessoas (GUTIERREZ; SILVA, 2017).

O Direito como uma conjuntura de normas, leis, jurisprudências, doutrinas, dentre outros preceitos, apresenta condições plausíveis em torno de uma sociedade mais justa e igualitária, além de defender a equidade e demais princípios, mas ao analisarmos essas referências os direitos garantidos a todos são falhos, mesmo com os esforços dos legisladores e demais juristas, existe muita coisa a ser aprimorada

no caso de aplicação da contextualização de uma maior justiça social (FACHIN, 2016).

Dentre essa vertente a busca pela melhor forma de auxiliar as pessoas em condições de pobreza para que seja efetivado o direito para todos, como a vida com qualidade e dignidade, além de outros esforços que levam a desafios na elaboração de políticas públicas que sigam o compromisso da justiça social.

O Brasil é um país com todo potencial para ser desenvolvido, mas devido às circunstâncias desde quando se tornou uma colônia livre de Portugal, com casos de corrupção e outros fatores ele acabou se tornando um local de grande desigualdade, em que nem todos possuem condições de terem uma vida digna e com o mínimo de qualidade possível, com problemas sociais graves como poucas oportunidades de empregos mais especializados, vulnerabilidade social de uma grande massa de pessoas, falta de oportunidades que possibilitem equidade, e outras condições que acabam por acentuar a pobreza e suas consequências (GUTIERREZ; SILVA, 2017).

Amplificando os problemas sociais ainda pode-se destacar que uma parte das pessoas que não passam por situação de pobreza formam seus pensamentos e ideais de modo que nem sempre valorizam ou buscam os direitos dessas pessoas mais vulneráveis, não identificando a necessidade de introduzir a promulgação de direitos para a assistência a esses cidadãos, apesar de que esse olhar deveria ser mais humanizado, como apresenta o artigo 5º caput, da Constituição Federal/88 em que todos são iguais perante a lei, devendo promover a garantia aos direitos de igualdade e de vida no cumprimento dos direitos e deveres cotidianos.

Desta forma uma triste realidade vivenciada ao longo dos anos, é constante, e em determinados períodos crescente, grande número de pessoas que vivem em situação de pobreza. Fato esse que pode ter sido iniciado no Brasil, quando a corte portuguesa se mudou para o território brasileiro, expulsando cidadãos de suas casas para que pudessem ser locadas aos membros da corte, assim os moradores e donos foram obrigados a se deslocarem a cortiços, locais que hoje formam as favelas, ou até mesmo tornarem-se moradores de rua (FACHIN, 2016).

A partir deste ocorrido, muitos fatores contribuíram para essa realidade, os quais serão apresentados no decorrer desse estudo, de forma que com o passar dos anos e o aprimoramento das relações sociais e a necessidade de mudanças, era esperado que com o desenvolvimento econômico e humano não existissem mais pessoas nessas condições precárias. Porém a realidade é bem diferente, pois elas

não têm oportunidade de emprego, ou outra fonte de renda, e a situação não fica tão distante dos demais cidadãos, pois basta passar por grandes centros urbanos para a constatação desse fato, a realidade se apresenta bem em frente, com pessoas, cidadãos vivendo sem condições mínimas de dignidade humana (GUTIERREZ; SILVA, 2017).

O que preceitua os fatores que foram impostos até então, a sociedade precisa ter acesso às informações, a realidade para que possam ajudar aos mais necessitados, além da busca pela elaboração de políticas públicas viáveis que contribuam com essa população, levando em consideração os parâmetros legais para que o Estado cumpra com suas obrigações em prol dos cidadãos.

Nesse segmento, é importante ouvir as pessoas que vivem nessa situação para o conhecimento da realidade, que nem sempre o texto legal condiz com a execução das obrigações do Estado por meio de seus representantes legais, assim como entender quais correções são necessárias para estas possíveis injustiças sociais que penetraram em uma parcela da sociedade brasileira.

Levando em consideração a contextualização apresentada até então, os aspectos que são relevantes em consideração ao crescimento desse problema de caráter exponencial que afeta uma parcela da população, os tornando apenas sobreviventes, pois essas pessoas sequer desfrutam do mínimo possível da vida, além de não possuir alternativas ou oportunidades de trabalho para reverter essa situação (SARLET, 2014).

2.2 COMO MEDIR A DESIGUALDADE

Pochmann (2017) apresenta uma teoria que versa sobre três dimensões e que se despontam as desigualdades na vida em sociedade, sendo a dimensão do “ter”, que são recursos materiais, a dimensão do “poder” que são os recursos sociais e políticos e a dimensão do “saber”, que são recursos referentes ao conhecimento. No entanto, as literaturas nem sempre pontuam diretamente e detalhadamente esses fatos, ou seja, não analisam as três dimensões, o que torna necessária a compreensão sobre determinantes, dimensões, relações e as combinações relacionadas às desigualdades.

As complexidades e os problemas referentes aos dados utilizados resultam em análises que tornam as pesquisas mais limitadas, e consequentemente, frágeis

na adoção dos instrumentos e mecanismos que possam ser aplicados no combate às desigualdades, gerando resultados insuficientes, ou ainda com pouco efeito real na sociedade, sendo assim existem diversas formas para medir a desigualdade e que dependem diretamente da existência dos dados, do acesso a eles e principalmente da interpretação ao contexto que se analisa.

De acordo com Oliveira (2019) uma das formas que tornam possível medir a desigualdade foi estabelecida no ano de 1914, sendo essa uma das mais utilizadas até os tempos atuais, que é através do Índice de Gini que mede a concentração da renda, sendo ela primária, determinada pelo mercado, ou a líquida que é constatada após a presença de tributos e subsídios, em uma determinada sociedade.

Como a proposta desse tópico é apresentar os meios utilizados para medir a desigualdade é viável aprofundar sobre o Índice de Gini e suas caracterizações. Este método foi desenvolvido pelo estatístico italiano, Corrado Gini, no ano de 1912, como uma medida de desigualdade na distribuição da renda ou riqueza de um grupo ou frequentemente usado de um país. A sua aplicação quantifica a desigualdade de renda de acordo com determinada população analisada, ressaltando o seu valor que varia entre 0 e 1, sendo que 0 condiz com a perfeita igualdade (significa que todos possuem a mesma renda), enquanto que o 1, corresponde a desigualdade perfeita (uma pessoa possui toda a renda daquela população, enquanto que os demais não tem nada) (POCHMANN, 2017).

Os cálculos realizados através do Índice de Gini tem como base a curva de Lorenz, um gráfico que apresenta a proporção de renda total da população acumulada através dos percentuais da população quando esta é ordenada do menos para o mais rico. Desta forma a linha de perfeita igualdade, no caso de todos terem a mesma renda, é representada através de uma diagonal de 45 graus, assim o Índice de Gini é determinado de acordo com a área que fica entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz, que é dividida pela área total sob a linha de perfeita igualdade, conforme demonstrado na Figura 1 - Índice de Gini e Curva de Lorenz.

Figura 1 – Índice de Gini e Curva de Lorenz



Fonte: Beduka (2021).

Percebe-se a importância dos dados referentes ao Índice de Gini que é utilizado frequentemente pelos economistas, por diversos fatores, tais como, a medição de desigualdade, a análise das tendências, relação desenvolvimento e pobreza, geração de debate político e social e contribuindo ainda com pesquisas acadêmicas, para a exploração de causas e consequências da desigualdade dentro e entre países, testando as teorias econômicas e sociais.

Cada um desses fatores será discorrido abaixo para a melhor percepção contextual, seguindo:

- Medição da desigualdade: a forma que apresenta um resumo quantitativo e simples da desigualdade de renda ou de riqueza, o que possibilita comparações para a formulação de políticas públicas;
- Análise de tendências: possibilita os profissionais de formularem os dados das pesquisas de políticas que possam monitorar a desigualdade e como ela muda ao longo do tempo, auxiliando na identificação dos efeitos de intervenções políticas, econômicas e sociais;
- Relação desenvolvimento e pobreza: existe uma relação intrínseca entre esses fatores, que foram discorridos anteriormente, no entanto, são oriundos de diversos problemas socioeconômicos, incluindo as altas taxas de pobreza,

a baixa qualidade de vida, o menor crescimento econômico, o que torna uma ferramenta primordial para o planejamento e o desenvolvimento;

- Geração de debate político e social: isso possibilita o incentivo das discussões acerca da justiça social, as políticas de redistribuição de renda, os impostos, bem-estar social e demais políticas públicas voltadas à amenização da desigualdade e pobreza.

Apesar do Índice de Gini ser uma ferramenta importante, ele é limitado, pois não capta diferenças na distribuição da riqueza que possam existir dentro dos grupos de renda, sem o fornecimento de informações acerca da estruturação da distribuição de renda, e ainda como pode ser afetado pelas transformações da população e da economia (OLIVEIRA, 2019).

A outra forma de medir a desigualdade é através da consideração da repartição da renda que é de acordo com o percentil, decil, quintil ou quartil, existindo ainda a que afere a concentração da riqueza sem que haja a consideração da renda ou do consumo, assim como medir a participação da massa salarial da renda nacional (OLIVEIRA, 2019).

Campelo (2017) descreve que existem os índices complexos que consideram a repartição da renda e do acesso aos direitos sociais, que tem como base a proposta de uma análise acerca da desigualdade, não em relação à renda, mas aos termos de acesso aos direitos sociais, sendo que a análise da desigualdade de renda pode não incorporar a parte expressiva do bem-estar que não é comprado pelo mercado.

Oliveira (2019) descreve outro ponto importante que é a análise das desigualdades referentes ao capitalismo, que vai além de uma análise de renda, sendo que as diferenças geográficas e regionais, de gênero e de raça são condições bem visíveis. Seguindo com as palavras da autora:

O fato de que processos de acumulação de capital não existem fora dos contextos geográficos. Sobre a questão de gênero, diversos são os estudos e os dados que apontam para as desigualdades especialmente entre homens e mulheres. O termo gênero para designar as relações sociais entre sexo, negando explicações biológicas e indicando construções culturais presentes na sociedade. O termo é importante para entender a desigualdade, pois, a divisão sexual do trabalho relega às mulheres os trabalhos ligados ao cuidado, remunerados ou não. No entanto, esses trabalhos são, em geral, desvalorizados socialmente, o que traz diversos empecilhos para as mulheres. Já quanto à questão de cor/raça ou etnia, em

geral as populações brancas no mundo possuem indicadores socioeconômicos melhores que os dos outros grupos. Isso não acontece devido a uma superioridade dessas populações, mas por questões históricas e sociais que permitiram que elas dominassem extensas faixas do globo, subjugando outros povos (se apropriando dos excedentes em seus países de origem, no caso do norte global) e/ou se tornando as elites locais entre os povos dominados (no caso de colônias). Na arte e na cultura, ainda persistem estereótipos do branco como bom, bonito e puro, enquanto outros fenótipos são preteridos como incapazes, sujos e feios, o que contribui para a reprodução das desigualdades (OLIVEIRA, 2019, p. 3).

Desta forma vem sendo percorrido a interdependência entre conceitos relacionados à opressão e à exclusão social, levando em consideração a não hierarquização das diferentes formas de opressão, que levam a acumulação do histórico das exclusões sociais, assim diversas formas de desigualdade, discriminação e exclusão social estão interconectadas e devem ser analisadas de maneira integrada, reconhecendo que cada uma delas contribui para a perpetuação das injustiças sociais (PIRES, 2017).

Por fim, a análise das desigualdades sociais no Brasil, por meio das dimensões de ter, poder e saber apresentadas por Pochmann (2017), revela a complexidade das interações que perpetuam a exclusão e a opressão em nossa sociedade. O Índice de Gini, apesar de ser uma ferramenta valiosa para medir a desigualdade de renda e fomentar discussões políticas e sociais, apresenta limitações ao não capturar as nuances dentro dos grupos de renda e a realidade multidimensional das desigualdades, sendo necessário a reflexão sobre os fatores que influenciam a distribuição da riqueza, como questões de gênero, raça e diferenças geográficas.

Destaca-se assim a importância de uma abordagem interconectada para compreender a desigualdade social de forma mais abrangente possível, ressaltando a necessidade de considerar não apenas a renda, mas também o acesso aos direitos sociais e as dinâmicas de opressão que afetam diferentes grupos. Essa perspectiva integrada permite que possamos desenvolver políticas públicas mais eficazes e justas, que visem à redução das desigualdades e à promoção de uma sociedade verdadeiramente equitativa.

2.3 DESIGUALDADE COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE NO BRASIL

Diante ao que vem sendo apresentado nessa pesquisa, a desigualdade é um elemento presente na realidade brasileira desde os primórdios da nossa sociedade, sendo considerado fenômeno bem complexo e que decorre por diversos fatores, manifestando suas formas e todos os locais do país e afetando milhões de pessoas, assim sendo um elemento que afeta a estrutura social, econômica e política no Brasil (PIRES, 2017).

Oliveira (2019) descreve que é um problema histórico que está enraizado há muitos anos, inclusive devido a exploração, colonização e as políticas que favorecem a concentração de riqueza e o poder nas mãos de poucos, em detrimento da maioria da população. Em linhas gerais, a desigualdade brasileira pode ser observada em uma série de dimensões, como a distribuição de renda, o acesso à educação de qualidade, oportunidades de melhores empregos, os serviços de saúde, dentre outras condições.

Em continuidade, essas distinções vão além de expressões de diferenças econômicas, mas também estão relacionadas a questões de raça, gênero e localização geográfica, que propagam as condições de pobreza, sendo que o Brasil é um país continuamente citado quando relacionado a desigualdade, em termos de distribuição de renda, fato é que este não é apenas um indicador das diferenças econômicas, mas ainda de desigualdades sociais e culturais que estão enraizadas no país.

Diferente do que vem sendo abordado, cabe mensurar que apenas uma pequena parcela da população que usufrui de altos padrões de vida, sendo que a maioria dos cidadãos brasileiros enfrentam dificuldades para atender as necessidades básicas, tais como, educação, saúde, moradia e oportunidades. Necessidades estas que serão exemplificadas nos parágrafos abaixo e melhor explorados ao longo deste trabalho.

Em relação a educação que é vista como uma alavanca em prol da mobilidade social, sendo uma condição na qual, a desigualdade se manifesta perceptivelmente no Brasil, o acesso à educação de qualidade é extremamente desigual, da forma que quanto mais vulnerável é o local onde a escola se localiza mais precário é o ensino em todos os sentidos. Consequentemente, em comparação com uma escola privada com professores constantemente capacitados, material

modernizado e de qualidade, a situação é bem diferente, pois um aluno que estuda na primeira em comparação com o aluno da escola privada, estatisticamente têm possibilidades muito menores de entrar em um curso superior ou ingressar no mercado de trabalho. Desta forma, a disparidade ao acesso à educação de qualidade limita ainda mais as oportunidades de pessoas em situação de pobreza.

Outros pontos que ficam bem evidentes a amplificação da desigualdade e pobreza são a saúde e a moradia, pois, ficam evidentes as diferenças no acesso aos serviços mencionados de qualidade. Significa que as regiões mais pobres e periferias urbanas são muito mais precárias quanto à saúde, contando com uma grande deficiência quanto a disponibilidade de hospitais e clínicas, e mesmo quando está disponível qualquer unidade de saúde, estão sobrecarregados. Agregando a isto, a moradia é outra condição bem complexa, pois milhões de pessoas vivem em favelas e comunidades extremamente vulneráveis e carentes muitas vezes sem acesso a recursos básicos como água encanada e eletricidade em suas casas, além ainda de uma grande parcela de pessoas que vivem em situação de rua (POCHMANN, 2014).

De acordo com os estudos de Pochmann (2017) a desigualdade no Brasil tem profundas implicações para a coesão social, a democracia e o desenvolvimento sustentável. Ela alimenta a violência, o crime e a instabilidade social, ao mesmo tempo em que mina a confiança nas instituições e na capacidade do governo de atender às necessidades de sua população. A desigualdade limita o potencial de crescimento econômico do país, pois restringe o consumo, a demanda por serviços e a capacidade de investimento em capital humano.

Oliveira (2019) preconiza que a desigualdade está enraizada no Brasil, formando uma sociedade em extrema desigualdade, o que decorre da combinação do preconceito racial, a exclusão dos direitos sociais, dentre outras questões que privilegiam poucas pessoas. Desta forma, enfrentar a questão da desigualdade está diretamente relacionado à problemática social e exige o desenvolvimento de métodos eficazes e estratégicos para alcançar um objetivo comum.

3 TAMANHO DA POBREZA NO BRASIL

A questão social adere a diversos assuntos, dentre eles, a população em situação de pobreza e sua vulnerabilidade quanto aos segmentos das políticas públicas, e consequentemente as diversas situações e características que levam a esse fato, que apesar de variações históricas se mantém como “elemento extraordinário” nas sociedades capitalistas. Ou seja, apesar do passar do tempo, alteração do local ou população analisada, a pobreza está sempre presente nas sociedades capitalistas sendo ao mesmo tempo um pilar e um também um ponto de crise nestas sociedades (SILVA, 2018).

A cultura relacionada a maioria das pessoas em condição de pobreza prevalece no campo de discriminação e exclusão. Esse estudo busca destaque quanto ao surgimento e crescimento do índice das pessoas nesta condição, assim como exploração da necessidade de políticas públicas em prol da erradicação da pobreza.

Situação na qual envolve questões sociais que precisam ser pautadas, pois nesse contexto é vivenciado o crescimento em massa dessas pessoas, pela falta de apoio e oportunidade, como marco histórico no desenvolvimento social e a falta de estruturação que desencadeia as desigualdades de fato.

Seguindo essa linha de abordagem o crescimento das desigualdades sociais se destaca devido ao crescimento nas expressões quanto a situação de pobreza e o dever do Estado em modificar esse cenário, pois desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, cabe e é dever dele a proteção e garantia dos direitos fundamentais a todos cidadãos brasileiros.

Com essa visão, a vulnerabilidade social condiz com o crescimento da desigualdade e as suas expressões na situação de pessoas como alvos da criminalidade e violência, devido à falta de oportunidades, expressando a barbárie que chama a atenção em todo o território brasileiro, o que faz pensar na atual situação vivida, evidenciando a necessidade de estratégias para o mapeamento da ocorrência com os fatos e impactos nas vidas dessas pessoas, como por exemplo moradores de rua que são possivelmente os que sofrem mais danos oriundos dessa situação (SILVA, 2018).

Continuando nas palavras de Silva (2018) aborda a seguinte vertente:

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para estas pessoas, viver nas ruas significa, hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do crack. [...] um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (SILVA, 2018, p.136).

O contexto apresentado apresenta a caracterização de um grupo de pessoas, de cidadãos que são regidos por direitos e com a composição de diversas histórias, o que condiz com a apresentação de fatores frequentes, isso significa que cada indivíduo tem uma história que o levou àquela situação, desde por necessidade até mesmo por vícios ou pela falta de um lar, são todos vínculos fragilizados por questões familiares, pela violência, doença, vício ou dependência química, dentre outros fatores que envolvem a sobrevivência e a crítica situação vivida (POCHMANN, 2017).

Com algumas considerações sobre o conceito ou que chegue próximo disso, considera-se a população em situação de pobreza um grupo de pessoas diversas e com histórias diversas para a questão e que retratam realidades diferentes, passando a situação na dificuldade em encontrar o vínculo formal de trabalho, pois são cidadãos que em algum momento da vida exerceram atividades e construíram seus sonhos, mas por algum motivo estes sonhos não corresponderam com a realidade.

3.1 ELEMENTO HISTÓRICO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Os avanços tecnológicos e a globalização continuam crescendo, mas isso não significa que as sociedades futuras tenham garantia de erradicação da pobreza, ou se podem gerar um mecanismo de defesa para as pessoas nesta situação, contribuindo com o mercado, ou que haja flexibilidade quanto a qualidade de renda que atenda às necessidades básicas da população à luz mundial.

Desde os primórdios da nossa sociedade moderna a pobreza vem se propagando, deixando milhões de pessoas em situação deplorável e sem o mínimo possível para sobreviver. Dentre os pontos em questão, pode se apontar a exclusão social em que uma série de razões são citadas e começam ainda a se generalizar, na sensação de que essa condição continua crescendo.

Com o crescimento da pobreza e de pessoas em situação de risco, a exclusão social começou a se destacar, devido à falta de perspectiva decorrente do desemprego, da falta de oportunidade no mercado de trabalho, da geração de renda por parte apenas de uma minoria, esse cenário cresceu em um caráter precário contribuindo para que pessoas sentissem dificuldades de se manter, pagar aluguel, ou já viverem diretamente pelas ruas, lutando diariamente para a sua sobrevivência (WOLFE, 2015).

Nesse segmento a associação e preocupação com a exclusão social que ameaça a grupos a integração para um padrão de desenvolvimento propagador vem sofrendo, devido a marginalização, criando assim, uma nova classe social, que são os excluídos, cidadãos que são descartados, que não são percebidos pelo poder público e nem pela sociedade, além das recentes transformações socioeconômicas e que garantam a massa de pessoas neste sistema.

Estudar e apresentar os preceitos acerca da exclusão social que ameaça o crescimento do estado é essencial, pois é necessário a criação de políticas para acabar com essa situação, incluindo essas pessoas no acesso, à bens e serviços, além de dar a elas segurança, justiça, cidadania e o básico para que possam viver, obedecendo aos padrões estipulados pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

Para Silva (2018) o fenômeno social em ao redor da população em situação de rua constitui parâmetros de diversas determinações, com as características e suas variações históricas, tornando o objeto deste estudo de grande relevância no que tange a composição da pobreza dentro das sociedades capitalistas.

Ao analisar a desestruturação da sociedade e as divisões de classes no Brasil, esse fato ocorre desde a chegada dos europeus em terras brasileiras, que propagaram um cenário de guerra e exploração, com essa vinda de pessoas de diversos países, a mistura de etnias que contribuiu para com a formação do povo brasileiro, assim as pessoas de confiança do Rei de Portugal eram enviadas as

terras brasileiras e delas poderiam tirar suas riquezas, explorando as terras e demais fontes delas.

Seguindo esse histórico, os povos indígenas foram expulsos de suas terras ficando em situação exploratória, navios negreiros chegavam com africanos para serem explorados. Assim a formação do próprio povo brasileiro, já eram pessoas submetidas as situações deploráveis de escravidão, e mesmo com o passar do tempo, pessoas de outros países vinham ao Brasil em busca de melhores qualidade de vida, o que não coincidia com a realidade, pois também eram explorados pelos altos custos da vinda e depois para se manterem.

De acordo com AGUIAR (2011):

No Brasil, sem acesso à terra e sem qualquer tipo de indenização por tanto tempo de trabalhos forçados, geralmente analfabetos, vítimas de todo tipo de preconceito, muitos ex escravos permaneceram nas fazendas em que trabalhavam, vendendo seu trabalho em troca da sobrevivência. Aos negros que migraram para as cidades, só restaram os subempregos, a economia informal e o artesanato. Com isso, aumentou de modo significativo o número de ambulantes, empregadas domésticas, quitandeiras sem qualquer tipo de assistência e garantia; muitas ex escravas eram tratadas como prostitutas. Os negros que não moravam nas ruas passaram a morar, quando muito, em míseros cortiços. O preconceito e a discriminação e a ideia permanente de que o negro só servia para trabalhos duros, ou seja, serviços pesados, deixaram sequelas desde a abolição da escravatura até os dias atuais (AGUIAR, 2011, p. 214).

Pessoas eram expulsas de suas casas para que a corte portuguesa as ocupassem, e elas eram submetidas a morarem em locais mais afastados, pelas ruas, sem o mínimo de condições para a sobrevivência, com o passar dos anos, outras formas de contribuírem para a pobreza e exclusão social se iniciaram, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que aponta os direitos e garantias dos cidadãos, além de outras fontes legais, a realidade é bem longe das leis serem cumpridas.

O desenvolvimento do capitalismo e o crescimento do número de pessoas regulou a oferta e a procura por trabalho. Isso fez com que a carga horária aumentasse e o salário diminuísse devido à demanda. Nos tempos que as indústrias foram adotadas no Brasil, as pessoas trabalhavam por horas e a troco de quase nada, isso quando uma família inteira trabalhava para a empresa, movimentando o sistema capitalista em que os donos, o Estado e demais membros da burguesia

eram os verdadeiros recompensados pelo trabalho desumano executado pelos cidadãos de classes mais vulneráveis.

Dessa forma, Silva (2018) em linhas mais convincentes apresentou que as condições histórico-estruturais foram oriundas da superlotação populacional, as diferenças sociais e o distanciamento entre os mais pobres, que se tornavam cada vez mais pobres e os membros da burguesia, determinando assim as pessoas que viviam em situação de rua, surgindo no seio da sociedade brasileira.

A partir de então, a situação ficava cada vez mais conhecida e vulnerável, o medo de perder o emprego, de não poder sustentar a si próprio e aos seus familiares, e apesar de haver diretrizes legais, as pessoas continuam trocando seu trabalho pela alimentação, para terem o mínimo para manterem a sobrevivência, o que não coincide com a legislação, ferindo princípios e os direitos que foram conquistados no decorrer dos anos.

Ao longo dos séculos, incluindo boa parte do século XIX, os mendigos, mesmo quanto objeto de repulsa e desprezo, não eram vistos como marginais. A sociedade mantinha uma atitude bastante ambígua em relação a eles. “Por um lado, sobrevivia uma tradição religiosa que os toleravam e queria até mesmo tê-los próximos sempre que se queira expressar piedade, chegando a desfrutarem de certas tolerâncias sociais, ligados que estavam ao cenário cotidiano da cidade!” Davam o toque de piedade aos funerais, às festas e procissões religiosas e aos atos de caridade dos paroquianos”. Era como se eles tivessem que existir para proporcionar a salvação dos mais afortunados. Assim, a imagem dos pobres pedintes estava impregnada de simbologia sagrada [...] ainda no século XIX, começava a ser definir em relação a eles uma atitude cada vez mais hostil e intolerante. Expressões como “repugnante”, “ocioso”, “vadio”, “peso morto” e “flagelo da sociedade” passaram a integrar o vocabulário dos que viam na mendicância uma ameaça à ordem social. Desde então, os mendigos deixaram de inspirar piedade e passaram a ser considerada parte das “classes perigosas”. [...] essa mudança de atitude não ocorreu repentinamente e nem de forma isolada do contexto político-econômico que atravessava a sociedade brasileira. Com o advento da sociedade burguesa, a concepção de pobreza começa a desvincular-se de seus tradicionais aspectos morais e religiosos e passa a ser vista sob um aspecto econômico, ou seja, os mendigos são reduzidos à condição de desviantes e vadios, justamente por estarem fora da lógica da produção. Eram, também, conhecidos, conforme narra Fraga Filho (1995), como “pés leves”, ou seja, indivíduos que não conseguem ou se recusam a fixar raízes em qualquer lugar ou, como em Minas, em que o indivíduo “sem eira nem beira” era chamado de “pé ligeiro”. O perigo que representavam resultava, portanto, de sua “inutilidade” e da sua não-inserção no processo produtivo e, além da ociosidade, para os ideólogos do higienismo oitocentista, os pedintes eram uma ameaça à salubridade da cidade (ROSA, 2015, p. 53).

Diversos fatores contribuíram para estes indivíduos chegarem a esta situação. Dentre os maiores desafios enfrentados, pode-se destacar a exclusão

social. Isso significa que a sociedade contemporânea convive com diferentes questões sociais devido à precarização nas relações de trabalho, como fonte de discussão na elaboração de políticas públicas, além da complexidade e a necessidade de intervenção de direitos básicos por meio do Estado nas mudanças.

Leal (2011) no estudo sobre a exclusão social aponta que se faz necessário levantar três vertentes dentro dos traços condizentes das definições sobre o tema proposto. A primeira compete com a fragilização ou a ruptura dos laços sociais que integram o indivíduo no seio social, destacando como processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade e precariedade.

A segunda vertente acerca da exclusão social está relacionada com a negação dos direitos humanos e sociais que são considerados fundamentais básicos e universais na atual sociedade vivida. A negação é complexa por dificultar o exercício de liberdade, direitos sociais, direitos políticos, causando a exclusão na participação da comunidade, e ainda ocasionando outras questões que até mesmo são falhas quanto ao reconhecimento destes indivíduos como pessoas. Em outras palavras, o que foi apresentado praticamente equivale como se não houvesse direitos a esses cidadãos (LEAL, 2011).

Por fim, a terceira e última vertente que o autor supramencionado relaciona com a exclusão social, que é o conjunto de privações e a vulnerabilidade relacionada ao processo de contradição, ampliando a questão da desigualdade social, como resultado das transformações políticas, econômicas e sociais, mesmo com manifestações e a modernidade tecnológica esse cenário era para ser modificado, mas ocorreu justamente o contrário (LEAL, 2011).

A exclusão social é mais do que puramente a pobreza, considerando-a como o estado de não ter, sendo que se trata de um processo de não inclusão, de apartação, e negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições. A autora em outro estudo aponta que a exclusão social se refere também à discriminação e estigmatização, podendo estar relacionada a questões de sexo, cor, orientação sexual e outras características e atribuições dos sujeitos, não estando necessariamente relacionadas com a pobreza (SPOSATI, 1999, p. 126).

Argumenta-se que as pessoas em situação de pobreza assumem as características de grupo social que sofre forte padrão discriminatório, passíveis portanto de serem contemplados com políticas públicas que lhes destinem um tratamento diferenciado e especial, dadas as especificidades das fragilidades de que

são portadores, a partir do seu grave processo de exclusão social, como pudemos deduzir através da análise do fenômeno.

Deve-se promover a inclusão social desse segmento populacional brasileiro através de “ações afirmativas”, que são “medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade” (PIOVESAN, 2003, p. 198).

A exclusão social é um fato que pode ser modificado, em que a responsabilidade não é apenas do Estado, mas a todos os demais cidadãos que não vivem nesta situação, que possuem condições, incluindo essas pessoas no campo social, ajudando, buscando os direitos e garantias, mais ainda, conscientizando os demais que tenham respeito, pois muitos são os casos que ultrapassam a exclusão social e a precariedade quanto a acessibilidade (OLIVEIRA, 2019).

Na visão mundial as questões da população em situação de pobreza são bem críticas, relacionando a economia com a exclusão social, deixando essas pessoas vulneráveis devido a multiplicidade dos fenômenos que não ameniza a ausência de moradia, além da fragilização dos laços familiares, as redes de integração, dentre outros motivos.

Há a necessidade de um trabalho em conjunto, de movimentações e políticas públicas o mais urgente possível para a modificação no cenário dos moradores de rua, reconhecendo os seus direitos e investindo as verbas públicas na construção de albergues e moradias, abrindo oportunidade no mercado de trabalho, são fatores possíveis e se forem elaborados e planejados por gestores com ética e respeito ao próximo, os resultados serão eficazes e positivos.

3.2 DETERMINANTES DA POBREZA

Conforme vem sendo ressaltado nesta pesquisa, a pobreza condiz com dois determinantes de emergência que é a escassez agregada dos recursos e a má distribuição dos recursos existentes, mas que ambos condizem com as relações causais, na busca da avaliação dos pesos relacionados a falta em função dos recursos e da distribuição na determinação da pobreza no Brasil.

No que tange a escassez dos recursos que é importante para a determinação da pobreza brasileira, pois ela é avaliada de acordo com três pressupostos, que é a comparação do Brasil em relação ao mundo, a análise quanto a estrutura de renda

média do país, e ainda um exame padronizado do consumo médio da família brasileira.

De acordo com os estudos de Silva (2018), a análise referente às determinantes da pobreza está intrinsecamente relacionada à escassez, seja ela absoluta ou relativa dos recursos, porém, existem outras condições. Em outras palavras, o Brasil, mesmo em grande contingência da população abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado como um país pobre, pois no caso, a escassez dos recursos não ressalta a origem da pobreza, sendo necessários estudos científicos que apontem as demais esferas que contribuem para tal.

Outro método que é bem utilizado é a relação entre a renda *per capita*¹ e o grau de pobreza no Brasil que significa resultados comparativos, permitindo verificar quanto ao grau de pobreza no Brasil, se é mais elevado do que em países com renda *per capita* similar. Em continuidade, é possível decompor o grau de pobreza em duas dimensões, que é a baixa renda per capita brasileira (está relacionada ao baixo valor da renda em relação aos países ricos) e o elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos existentes (resulta da diferença entre o grau de pobreza brasileiro com os demais países com renda de mesmo parâmetro que a do Brasil) (POCHMANN, 2017).

Mensura-se ainda a partir da comparação da renda per capita com a linha de pobreza no Brasil, que embora a renda média do país seja superior à linha de pobreza, isso não significa que a pobreza seja inexistente. Na verdade, essa média mascara as desigualdades, já que a concentração de renda resulta em uma distribuição desigual, onde muitos permanecem abaixo da linha de pobreza, e poucos têm rendas muito elevadas fazendo com que a média geral se eleve.

Além disso, Pochmann (2014) descreve que o padrão de consumo das famílias brasileiras com renda per capita com base na média nacional, em ressalva

¹ A renda *per capita* é um indicador econômico que mede a média de renda de cada pessoa em uma determinada área, seja ela um país, uma cidade, ou qualquer outra divisão geográfica, num certo período de tempo, geralmente um ano. Esse valor é calculado dividindo-se o Produto Interno Bruto (PIB) do local pelo número total de pessoas que vivem nessa área. A renda *per capita* é usada para dar uma ideia geral do nível de vida e do bem-estar econômico das pessoas em diferentes locais. Tendo como características a medida de acordo com o bem-estar, que condiz com o padrão médio de vida. A comparabilidade, a simplicidade e limitações, o ajuste pela paridade do poder de compra, a influência dos fatores externos, ele não reflete sobre todas as riquezas. Dessa forma, a renda *per capita*, tem uma utilidade primordial, mas é apenas um dos diversos indicadores necessários para a avaliação do bem-estar econômico e social da população, deve considerar em conjunto com os demais indicadores para a obtenção da imagem mais completa.

que o padrão de consumo é satisfatório, obtendo então a demonstração adicional da pobreza, condicionando o problema relacionado a distribuição dos recursos e não a sua escassez.

Percebe-se que os estudos referentes aos determinantes da pobreza no Brasil discorrem sobre uma série de fatores de cunho sociais, econômicos e políticos, no quais contribuem para a incidência e a persistência da pobreza no país, esses pontos poderão mensurar diversas dimensões, tais como, a distribuição da renda, o acesso à educação e saúde, as condições de moradia, empregabilidade e a eficácia das políticas públicas.

Os objetivos dos determinantes do índice de pobreza condizem com a análise dos principais pressupostos que são identificados de acordo com as relações causais e os efeitos de diversos fatores socioeconômicos acerca da probabilidade dos indivíduos e as famílias viverem abaixo da linha de pobreza. E para isso é necessário a coleta de dados, a discussão e análise das variáveis analisadas, a modelagem de forma estatísticas.

Conforme já discorrido, os determinantes podem ser calculados com base nas condições e vulnerabilidades, tais como, a educação, a empregabilidade, a desigualdade de renda, os programas sociais, a dinamização familiar e ainda a região e a urbanização. Na busca pelos resultados para fornecer insights detalhados acerca de cada um dos determinantes identificados que afetam a pobreza no Brasil (POCHMANN, 2017).

No entanto, estudos como este são fundamentais para entender a complexidade da pobreza no Brasil e para desenvolver estratégias eficazes de redução da pobreza, baseadas em evidências. A identificação precisa dos determinantes da pobreza é crucial para o desenho de políticas públicas que possam endereçar as raízes do problema de forma sustentável.

3.3 OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Diante ao que vem sendo discorrido nessa pesquisa, a desigualdade social no Brasil condiz com um problema em diversas dimensões, referente a diversas disparidades nas condições de vida dos indivíduos, como a falta de oportunidades e o acesso aos recursos entre os diferentes grupos da sociedade brasileira,

enfrentando a discriminação no acesso as oportunidades e demais condições para uma vida mais digna.

Outro ponto importante e desafiador é discorrer sobre os desafios para o desenvolvimento social que significa a amenização das desigualdades sociais e econômicas, abrangendo uma série de questões interligadas que afetam significativamente a capacidade da sociedade de alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, no entanto, a desigualdade social e econômica que é um desafio global, mas que condiz com as características específicas em diversas contextualização, como suas variações significativas no Brasil.

Os principais aspectos acerca destes desafios representam a desigualdade de renda, que é a distribuição de forma desigual da renda sendo um dos indicadores mais evidentes da desigualdade social e econômica, mas que é limitada ao analisar o acesso aos recursos essenciais, tais como, a educação, saúde e a moradia para quantidades significativas da população.

O acesso à educação de qualidade já foi relatado anteriormente, no entanto, a educação é o parâmetro primordial para o desenvolvimento social e econômico, assim, as disparidades no acesso à educação de qualidade acabam por perdurar em ciclos de pobreza, sendo limitadores de oportunidades e mobilidade social.

Além disso, estes desafios englobam ainda a segurança alimentar e nutricional, o acesso a saúde de qualidade, a empregabilidade e as condições de trabalho, a discriminação e a exclusão social em que pessoas em condições mais vulneráveis e grupos minoritários que frequentemente enfrentam as barreiras adicionais, como no caso da discriminação racial, de gênero, situações que agravam a desigualdade.

Nesse viés, existem outros desafios quanto ao desenvolvimento social, seguindo no Quadro 1 abaixo são apresentados alguns deles:

Quadro 1 - Desafios no desenvolvimento social

Desafios	Descrição
Elaboração e a implementação de políticas públicas	A elaboração de métodos e políticas que abordam de forma eficaz sobre as raízes da desigualdade, tendo em consideração as diversas dimensões que requer um entendimento mais detalhado sobre os fatores locais e específicos, assim como o compromisso

	político para utilização dos recursos adequados.
Integração das políticas sociais e econômicas	É primordial a integração das políticas sociais elaboradas estrategicamente quanto a economia, a fim de promover o desenvolvimento inclusivo que beneficie amplamente a população e mais precisamente as pessoas mais vulneráveis.
Participação social	O envolvimento das comunidades e os grupos afetados na formulação, implementação e no monitoramento das políticas sociais, que é primordial para a garantia que as intervenções sejam relevantes e com resultados eficazes.
Sustentabilidade	A garantia de que o desenvolvimento social seja ambientalmente sustentável, o que acaba se tornando um desafio exigindo que as políticas promovam práticas sustentáveis e que protejam os recursos naturais para as gerações futuras.

Fonte: Garcia (2017).

Frente ao apresentado, a abordagem acerca dos desafios requer uma contextualização mais detalhada, mas existem diversos pressupostos que contribuem para os desafios, assim como a combinação das políticas públicas eficazes, os investimentos em educação e saúde, proteção social e a promoção da igualdade e da inclusão social, não apenas contribuem para a amenização das desigualdades, mas ainda na promoção de um desenvolvimento social com equidade, ou seja, justo e sustentável.

3.4 PROBLEMAS SOCIAIS E SEUS DETERMINANTES

Apesar do Brasil ser um país rico em diversos aspectos, desde os recursos naturais, até a geração de riquezas, em questões econômicas, sociais e as culturais, nem sempre existe um saldo positivo quanto essas riquezas quando se faz uma análise sobre isso, pois em contrapartida a estes aspectos as desigualdades sociais são bem perceptíveis em todos os locais do país (COSTA, 2018).

Desde sua formação o país foi se dividindo de forma inadequada, as desigualdades sociais eram bem ampliadas, porém pouco aparentes. Com o passar

dos primeiros anos da sociedade brasileira a partir da abolição da escravidão uma situação nova veio à tona, pois os escravos, agora libertos, não tinham locais para morarem e muito menos uma terra para que pudessem tirar o seu sustento e de seus familiares, assim consequentemente voltavam a trabalhar como servos, na maioria das vezes sem remuneração alguma, pois já estavam endividados pelo fato de se alimentarem ou morarem no território de seus senhores. Desta forma essa situação degradante para esse grupo de novos cidadãos, que em outrora eram apenas mercadorias, continuou e foi ficando cada vez mais presente no cenário brasileiro (CARNEIRO, 2012).

As desigualdades sociais, como pode se perceber com a contextualização inicial aponta que milhões de pessoas vivem em condições injustas e desumanas em aspectos relacionados a miséria, pobreza, desemprego e ainda situações precárias de trabalho, todos esses requisitos estão ligados ao alto índice de desigualdades (CAMPELLO; GENTILLI, 2018).

Outros fatores são associados às desigualdades sociais com respaldo as relações econômicas sejam elas de gênero, raça, etnia, condição de saúde, orientação sexual e as desigualdades regionais, o país possui desigualdades de diversos setores e que induzem as relações entre o homem, a natureza e o meio ambiente, percebendo que elas são oriundas de diversas ordens e sempre com rumos ao capitalismo de ligações sociais e políticas (COSTA, 2018).

Quanto ao que respalda essa temática, Verás (2018) ressalta que os problemas sociais resultam de problemas de exclusão que se fazem presentes desde os tempos primordiais e assim foram se tornando mais intensos nos últimos tempos, que foram adquirindo novas configurações. Mas isso não significa que seja um respaldo positivo, conforme a sociedade foi se desenvolvendo mediante os avanços tecnológicos, as desigualdades sociais também se desenvolveram, o acirramento por competição social, mudanças significativas nos valores morais e questões éticas, além do consumismo em massa e a necessidade de expor prosperidade nas redes sociais.

Neste sentido, Godinho (2011) complementarmente afirma que:

Devemos lembrar que a pobreza é um processo resultante entre outras coisas de uma estrutura de desigualdades sociais historicamente presente na realidade brasileira, o que nos remete a nossa trajetória de construção da civilidade, da cidadania, da economia nacional, das relações de poder, enquanto responsabilidades legais e institucionais que resultaram nas atuais

relações sociais e de trabalho, no trato com o que é coletivo, na capacidade de mobilização e luta da população, nas diferenças sociais, na cultura política que temos, na ausência de políticas públicas decentes, enfim em diversos fatores e situações que vivenciamos. Além disso, devemos considerar que estamos em um país de extensão continental, com diferenças culturais e regionais, climáticas e geográficas que devem ser também considerados na elaboração das políticas de enfrentamento à pobreza (GODINHO, 2011, p. 3).

Essa situação envolve um sistema de considerações e Schwartzman (2001) afirma que a sociedade exclui pessoas para incluir outras em um processo de transmutação como condição para seguir uma ordem social de desigualdade e que implica em um caráter econômico, pois o sistema característico envolve um método ineficaz para gerar modificações que amenizem esses danos.

Observa-se que a desigualdade social é uma questão persistente ao longo da história e continua sendo objeto de estudos nas ciências sociais, que investigam sua origem e natureza. Esses estudos ressaltam como as desigualdades limitam as oportunidades de desenvolvimento e impactam diversas esferas da vida social e econômica (COSTA, 2018).

Segundo Carneiro (2012), as práticas de concentração de capital, renda e poder, foram responsáveis pelo agravamento da questão social no país, além das precárias condições de vida da maioria da população brasileira. A questão social teve grande expressão no desemprego e no subemprego, e o afastamento do Estado frente essas questões, se eximindo de suas responsabilidades sociais contribuiu ainda mais para seu agravamento.

A questão da desigualdade social é um problema presente em todas as sociedades ao longo da história, desde a formação da sociedade, antes mesmo do surgimento do capitalismo já era possível observar diferenças sociais marcantes entre as pessoas, isso porque certas pessoas, por suas habilidades ou acesso a recursos específicos, se destacavam, criando uma divisão que se intensificou ao longo do tempo, e mesmo com os avanços da modernidade, essa disparidade permanece visível e relevante (CARNEIRO, 2012).

Os seres humanos vivem em constantes modificações e para atender suas necessidades é fundamental o respaldo quanto a pobreza que sempre esteve presente. Isso significa que esse fato é um grave problema em situação em prol da cidadania. Quando se relata as concepções brasileiras, o maior problema enfatiza que a Constituição Federal apresenta em seu texto a erradicação da pobreza, em

que todos os cidadãos são munidos de direitos, dentre eles a alimentação (GARCIA, 2017).

Garcia (2017) continua suas percepções quanto a pobreza ser um fator relevante e que afeta milhares de pessoas que se quer fazem uma refeição diária, pelo contrário, a concepção da pobreza reflete na ausência de necessidades básicas que precisam ser modificadas com urgência, dando aos cidadãos condições materiais e o acesso mínimo à saúde, educação, habitação e ainda alimentação, que competem as questões sociais referentes a garantia de condições mínimas de sobrevivência sem que haja discriminação.

Seguindo essa percepção, Antunes (2015) preceitua que a pobreza é uma questão social complexa, considerada uma das mais desafiadoras de ser erradicada. Ele enfatiza a necessidade de desenvolver reflexões fundamentais sobre as estruturas sociais para não apenas eliminar essa condição, mas também para amenizar os impactos decorrentes, que são exacerbados pelas desigualdades sociais. Essa situação exige urgentemente alterações significativas e a criação de políticas públicas eficazes para transformar esse cenário.

A pobreza é uma das consequências da desigualdade social, que são fatores que assumem elementos entorno de algumas concepções, tais como, a questão econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, justamente pelo principal fator nessa situação compete a desigualdade social, indicador de condição de classe social e que não é nada favorável na realidade do país (SCHWARTZMAN, 2001).

Desta forma, para a autora Yazbek (2001), a pobreza, é uma expressão direta das relações sociais, "certamente não se reduz às privações materiais" (YAZBEK, 2001, p. 73-74). É uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é uma categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (SCHWARTZMAN, 2001).

Por meio dessa pesquisa fica em evidência a questão social que inclusive está descrita na própria Constituição Federal como mérito conquistado pela população, ou seja, todo o cidadão é regido de direitos e garantias que deverão ser executados em prol de seu bem estar, porém o texto se difere da realidade, pois muitas pessoas vivem sem o mínimo possível para sobreviverem, ferindo estes princípios.

Diante ao que vem sendo discorrido, a desigualdade social é uma condição bem visível no Brasil, e um dos fatores que acentuam essa situação é o desenvolvimento econômico, o que condiciona algumas consequências dentro dessa problemática, comprometendo as possibilidades de que essa situação seja revertida (CARNEIRO, 2012).

De acordo com Neder (2019) os problemas sociais são compreendidos como condições ou os comportamentos que acentuem as consequências negativas para uma parte significativa da população brasileira, e nesses problemas, estão englobados, a pobreza, desemprego, falta de oportunidades, racismo, dentre outras condições, como apenas alguns desses problemas.

4 POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL NO SÉCULO XXI

A pobreza e a desigualdade social no Brasil existem desde os primórdios, no entanto, o início do século XXI apresentou um novo cenário em prol do desenvolvimento para o Brasil, o que consequentemente, no que se refere às questões sociais, gerou uma amenização das desigualdades socioeconômicas e novas perspectivas em relação a agenda do desenvolvimento econômico-social, assim como a adoção de uma nova postura de conciliação.

A nova política de desenvolvimento enfatizava: a atuação do Estado na regulação dos mercados, defendendo o papel atuante das agências reguladoras; o fortalecimento dos bancos públicos que deram a base de sustentação para o crescimento da economia, na medida em que possibilitavam o acesso ao crédito e as políticas de consumo de massa e a atuação nas ações de políticas anticíclicas em momentos de crise; o fortalecimento das empresas estatais que passaram a ocupar destaque na agenda oficial. Tratava-se de uma agenda voltada a enfatizar o investimento público e a dinâmica do mercado interno, com vistas a elevar a demanda agregada, a produtividade e o crescimento econômico. A postura em favor do crescimento foi explicitada no início de 2007 quando, visando reforçar o papel do Estado na condução dos investimentos públicos e privados, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O “PAC privilegiou obras de infraestrutura e contribuiu para ampliar o investimento público de 1,6% para 3,3% do PIB entre 2006 e 2010”. As taxas de investimento se elevaram, em média, mais de 5 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2003 e 2010, mostrando que “saltou de 14 a 19% (a preços constantes de 2000), sob o impacto do crescimento econômico e do PAC, e permaneceu nesse patamar no período 2011-2013” (PEDROSO, 2020, p. 6).

A pobreza no Brasil não é limitada apenas a questão de insuficiência ou a falta de renda, e conforme vem sendo discorrido, ela é multidimensional, o que afeta o acesso à educação, saúde, moradia adequada, saneamento básico e ainda as oportunidades que versam sobre o emprego digno, pois ela é manifestada tanto na distribuição desigual de renda e de riqueza quanto ao acesso desigual aos serviços públicos essenciais e às oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social (PEDROSO, 2020).

Em segmento, e com base nas literaturas utilizadas como pilar para essa pesquisa, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sendo essa uma realidade evidenciada pelo índice de Gini, que já foi apresentado neste estudo, responsável por medir a desigualdade da renda. Com melhorias em alguns períodos, a desigualdade permanece extremamente elevada, o que reflete na disparidade mais detalhada entre as regiões, raças e os gêneros.

As raízes da desigualdade e da pobreza no Brasil podem ser rastreadas até o período colonial, com a concentração de terras e a escravidão formando as bases de uma estrutura social e econômica profundamente desigual. Essas origens históricas foram perpetuadas ao longo dos séculos, incluindo o acesso desigual à educação e à propriedade, discriminação racial e de gênero, e um modelo de desenvolvimento econômico que frequentemente favoreceu certos grupos em detrimento de outros.

As consequências dessas raízes afetam diretamente o crescimento econômico do país. A falta de acesso à educação e a oportunidades de emprego reduz o potencial produtivo da população, agravam a exclusão social, contribuem para o aumento da criminalidade e impactam negativamente a saúde e o bem-estar da população (PEDROSO, 2020).

Ainda na percepção de Pedroso (2020) no início do século XXI, o Brasil começou a utilizar uma série de políticas públicas com o intuito de amenizar os índices de pobreza e desigualdade, como as políticas de valorização do salário mínimo, que contribuíram com a melhoria na distribuição de renda, e os programas de transferência de renda, como o caso do Bolsa Família, que acarretou um impacto significativo na amenização da extrema pobreza e na melhoria dos indicadores de saúde e educação entre as famílias beneficiadas.

Destaca-se ainda que essas políticas enfrentaram desafios, incluindo a sustentabilidade fiscal, a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos, e a garantia de que os benefícios alcancem os mais necessitados. Além disso, crises políticas e econômicas subsequentes expuseram a fragilidade desses avanços, com a pobreza e a desigualdade voltando a crescer em certos períodos.

A luta contra a pobreza e a desigualdade no Brasil requer um compromisso contínuo e uma abordagem plural. Isso inclui políticas focadas na educação de qualidade acessível a todos, criação de empregos dignos, reformas tributárias progressivas, e investimentos em saúde e infraestrutura. A promoção da igualdade de gênero e racial, juntamente com o fortalecimento das instituições democráticas e a participação social, são fundamentais para assegurar que o desenvolvimento do Brasil seja inclusivo e sustentável.

A pobreza e a desigualdade social no Brasil são desafios enraizados que exigem soluções inovadoras e colaboração entre o governo, o setor privado, e a sociedade civil. Enquanto o caminho à frente é complexo, a experiência do Brasil

demonstra que progressos significativos são possíveis com políticas bem direcionadas e um compromisso com a justiça social.

4.1 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E SUA COMPLEXIDADE

Um estudo desenvolvido por Fernandes (2021) com base em resultados eficazes, apresenta dados que enfatizam sobre o fato de que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, como pode ser exemplificado a partir da Figura 2 que relata pessoas em situação de extrema pobreza.

Figura 2 – Pessoas em situação de extrema pobreza



Fonte: Fernandes (2021).

Apesar de ser considerado um país rico em biodiversidade, recursos naturais, dentre outras condições, o Brasil permanece sendo um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo, de acordo com o estudo lançado no ano de 2021, pelo *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais) que integra a Escola da Economia de Paris.

Esse novo relatório discorre sobre as desigualdades mundiais desde 2018 e tem a colaboração de diversos pesquisadores internacionais. O documento em questão, conta com 200 páginas e inclusive analisa o impacto da pandemia da

Covid-19. Além disso, ressaltou o aumento no índice de pessoas bilionárias, uma pequena parcela que concentra as maiores riquezas.

Nesse estudo, o Brasil é acentuado como um dos países mais desiguais do mundo, no que se refere a discrepância da renda, sendo marcada pelos níveis extremos que existem há muito tempo, apesar da política de transferência de renda do Bolsa Família e o aumento do salário mínimo, o país ainda apresenta níveis extremos de desigualdade patrimonial que foram aumentando desde meados dos anos 90 (FERNANDES, 2021).

De acordo com o relatório, existem quatro dados que apresentam o motivo da desigualdade de renda no Brasil como sendo uma das maiores do mundo, pois os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total.

No Brasil, a renda média nacional da população adulta, em termos de paridade de poder de compra (PPP, na sigla em inglês), é de 14 mil euros, o equivalente a R\$ 43,7 mil, nos cálculos dos autores do estudo. Os 10% mais ricos no Brasil, com renda de 81,9 mil euros (R\$ 253,9 mil em PPP), representam 58,6% da renda total do país. O estudo afirma que as estatísticas disponíveis indicam que os 10% mais ricos no Brasil sempre ganharam mais da metade da renda nacional (FERNANDES, 2021, s/p).

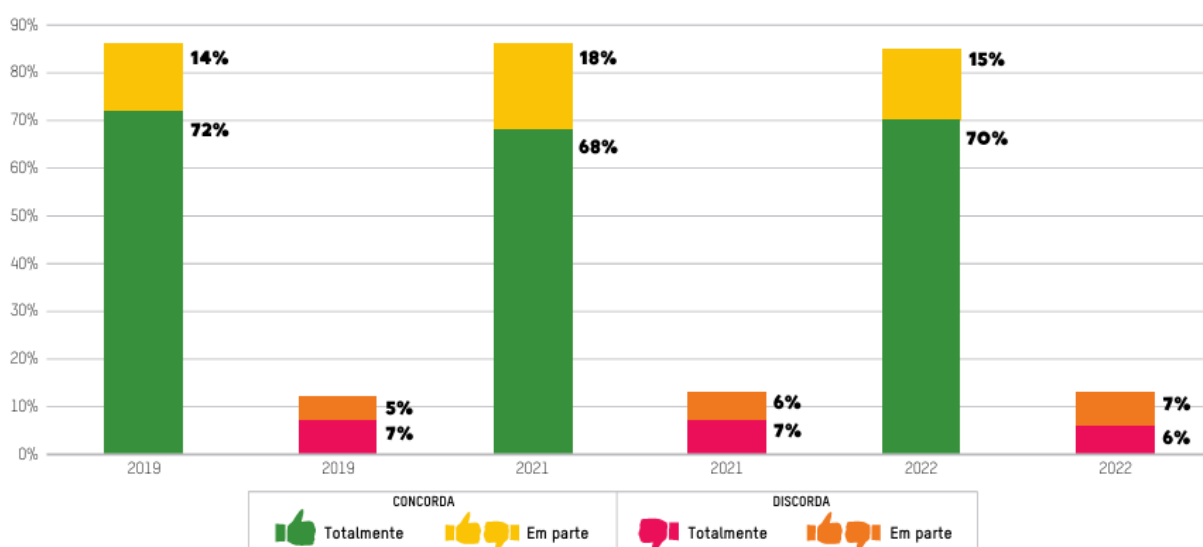
Mais um ponto comparativo e importante de considerar é que 50% dos mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos, de acordo com Fernandes (2021). Assim, a metade da população brasileira mais pobre ganha apenas 10% do total da renda nacional, sendo que na prática. Isso significa que os 50% mais pobres ganham até 29 vezes menos do que recebem os 10% mais ricos. Ao compararmos com países desenvolvidos, como no caso da França, essa proporção é apenas de sete vezes.

Outro ponto em destaque é que a metade mais pobre no Brasil possui menos de 1% da riqueza no país, e essa disparidade é ainda maior quando analisada a renda no Brasil e que a desigualdade é uma das mais altas do mundo, no ano de 2021 os 50% mais pobres contam apenas com 0,4% da renda brasileira.

Pode-se ainda acrescentar nesta complexidade, que estes dados apesar de darem luz a um situação que precisa ser modificada, já foram refletidos em pesquisas de opinião pública que visavam analisar a percepção sobre as desigualdades e pobreza da população em geral. Fato este, que demonstra que essa grande massa de pessoas estão cientes do ambiente de grande desigualdade que vivem.

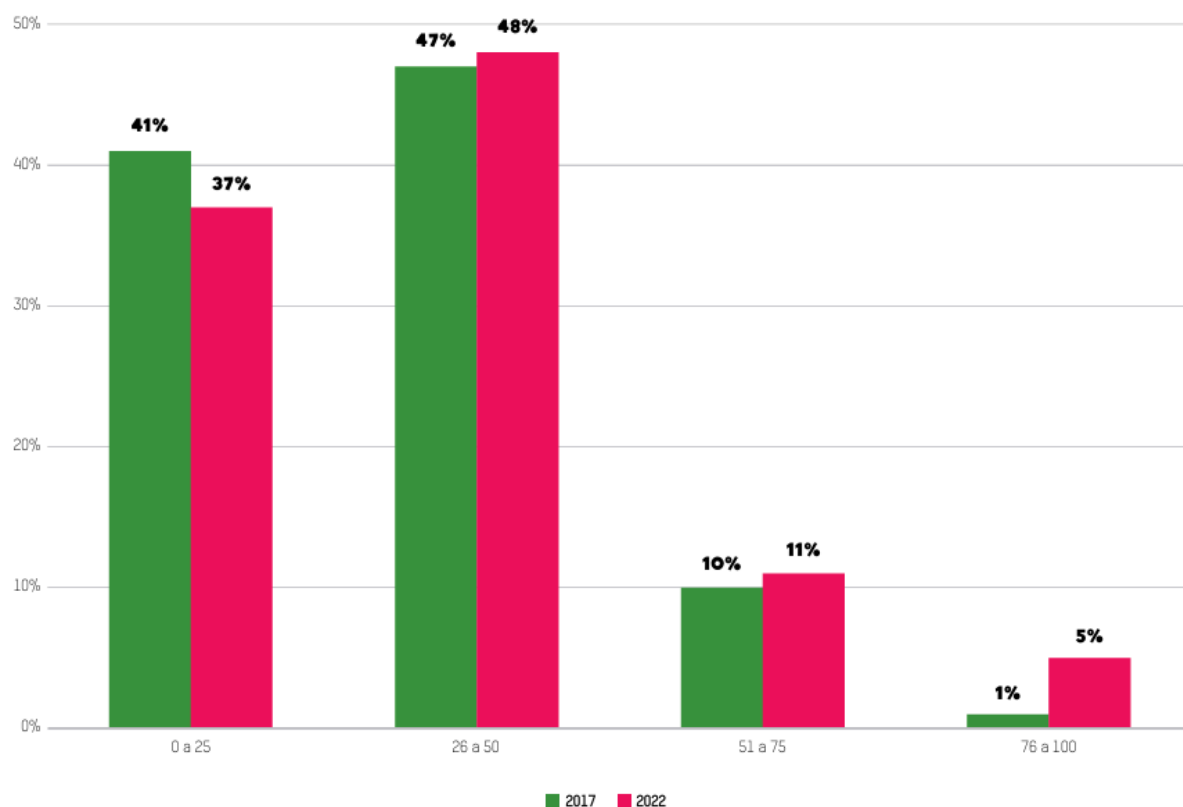
Desta forma podemos apresentar os Gráficos 2, 3 e 4 do Relatório Nós e as Desigualdades de 2022 da Oxfam Brasil em parceria com o Instituto Datafolha. No Gráfico 2 apresenta-se a percepção sobre a necessidade da redução das desigualdades no Brasil, nos anos de 2019, 2021 e 2022, onde foi realizado a seguinte pergunta: “Para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres”. Os resultados das respostas nos diferentes anos praticamente se mantêm estável.

Gráfico 2 - Necessidade de redução de desigualdades



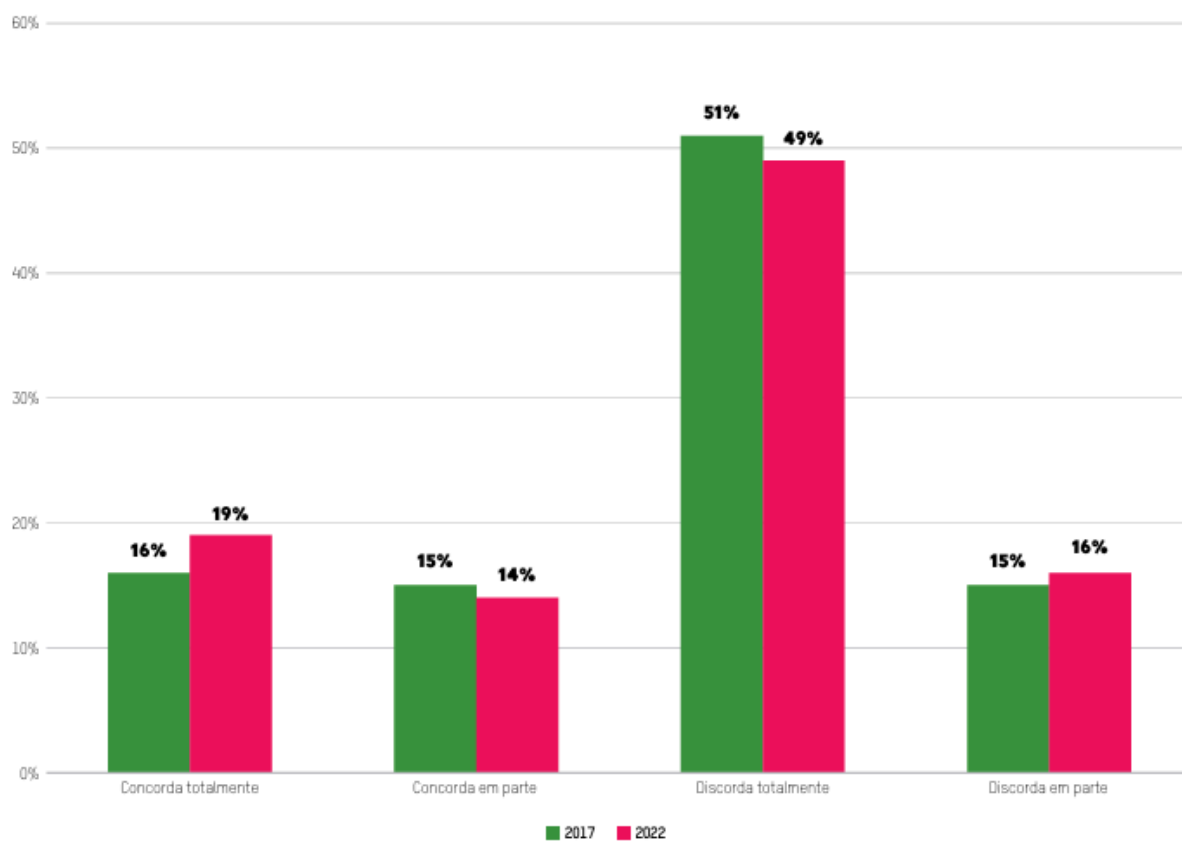
Fonte: Oxfam Brasil; Datafolha (2022).

No Gráfico 3 apresenta-se a percepção sobre a própria localização na distribuição da renda nacional no anos de 2017 e 2022, foi realizado a seguinte pergunta: “Em uma escala de 0 a 100 em que 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria?”

Gráfico 3 - Percepção da própria posição na renda nacional

Fonte: Oxfam Brasil; Datafolha (2022).

Por fim, no Gráfico 4 apresenta-se a percepção sobre a expectativa de uma possível queda da desigualdade nos próximos anos, onde foi realizada a seguinte pergunta nos anos de 2017 e 2022: “Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil?”

Gráfico 4 - Percepção redução das desigualdades

Fonte: Oxfam Brasil; Datafolha (2022).

Diante ao que vem sendo discorrido, a desigualdade social no Brasil é um desafio persistente, refletido em disparidades econômicas e sociais, embora tenha havido melhorias ao longo dos anos, as questões como a distribuição da renda e o acesso à educação e saúde ainda mostram diferenças significativas entre as classes sociais.

Um fator que contribuiu para a amenização dessas disparidades foi o Bolsa Família, que conseguiu retrainir uma parte das desigualdades nas camadas mais pobres da população, entretanto a falta de uma reforma tributária mais detalhada, assim como falta na efetivação de uma reforma agrária mais ampla e políticas de moradia social na grandes cidades dos país mantém um cenário alarmante de desigualdades para grande parte da população.

Desta forma, a concentração de riqueza, aliada a desafios estruturais, contribui para a complexidade desse cenário, onde políticas públicas e esforços contínuos são essenciais para enfrentar e mitigar essas desigualdades.

4.2 COMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS VERTENTES

O desenvolvimento econômico foi um assunto que começou a ser analisado e discutido ainda no século XX, com o pacto colonial e os pensamentos mercantilistas, tendo como consequência, a enorme importância relacionada ao fluxo dos metais preciosos como fonte de riqueza, dentre outras condições desse cunho que foram ocorrendo ao longo dos anos.

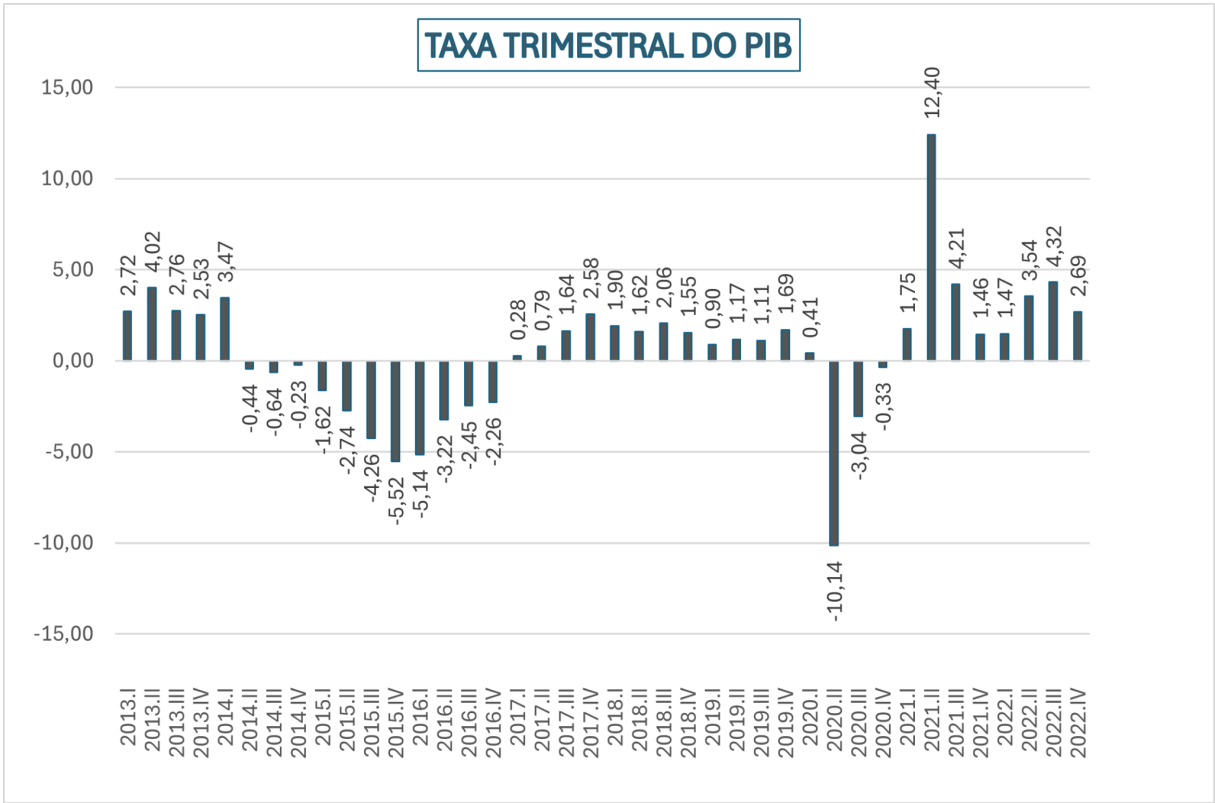
A conceituação do desenvolvimento econômico tem uma ampla abordagem, e diversos economistas apresentam suas percepções diversificadas, sem que haja a definição universal, e a partir de então, algumas delas serão apresentadas para a melhor percepção da contextualização, de acordo com Costa (2018) é relacionado ao processo sistematizado da acumulação dos recursos/capital e de incorporação do progresso técnico referente ao trabalho e ao capital, levando o aumento sustentado pela produtividade ou com base na renda de cada indivíduo.

Nesse viés, Carneiro (2012) descreve que o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo crescimento contínuo, e que o ritmo demográfico não consegue alcançar esse potencial, o que acarreta com mudanças significativas nas estruturas econômicas e indicadores sociais, existindo alguns determinantes para essa condição, como a renda, recursos, capital, tecnologia, função empresarial, fatores socioculturais, dentre outros.

Percebe-se que os estudos que versam sobre o desenvolvimento econômico condicionam alguns pressupostos acerca dos avanços e que possibilitam a incrementação no debate sobre o tema. Iniciando então, uma série de questões referente ao fato de que o crescimento econômico simplesmente não é sinônimo de desenvolvimento econômico, sendo apenas uma condição para este.

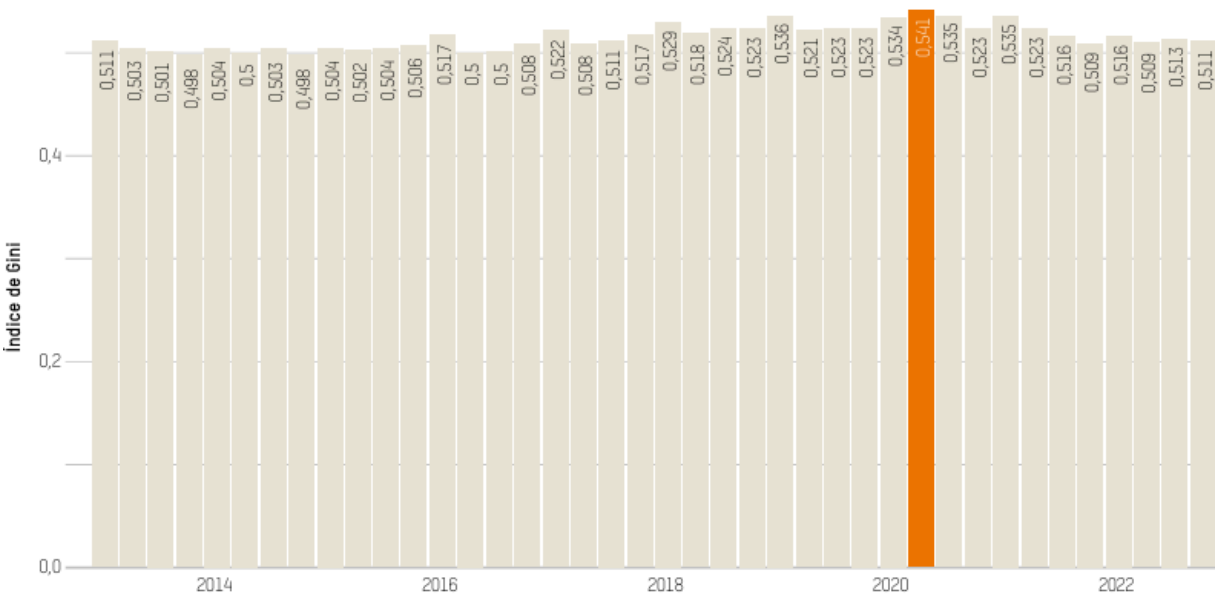
Fato este que se mostra bem evidente ao comparar as séries históricas da taxa trimestral do PIB com base no trimestre do ano anterior e o Índice de Gini no Brasil, apresentados respectivamente no Gráfico 5 e 6. Destaca-se ainda que em ambos os gráficos apresentam os piores números das séries no segundo trimestre do ano de 2020, onde o Brasil, ainda sem perspectivas e planos de ação para combate da pandemia do *Covid-19*.

Gráfico 5 - Taxa trimestral do PIB (2013-2022)



Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

Gráfico 6 - Evolução do Índice de Gini por trimestre (2013-2022)



Fonte: Oxfam Brasil (2024).

Nesse contexto, a interdependência entre desenvolvimento econômico e políticas públicas se torna evidente, pois o progresso econômico por si só não garante a melhoria das condições sociais. As políticas sociais, que devem ser desenhadas com base em uma análise crítica das desigualdades estruturais. Dessa forma, além de estimular o crescimento econômico, as ações governamentais devem abordar as disparidades existentes, oferecendo soluções estratégicas que visem a inclusão social, a redução da pobreza e a promoção de uma maior igualdade de oportunidades.

4.3 PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS DESENVOLVIMENTISTAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

A primeira vez que as políticas sociais foram utilizadas, foi no surgimento do capitalismo no Brasil, quando houve um grande contraste social, pois, no meio de tudo quem realmente tinha valor aquisitivo se destacava e os demais membros da sociedade ficavam cada vez mais esquecidos, logo foi a luta das classes que fez com que elas surgissem, onde se reivindicava também a iniciativa do Estado (NEDER, 2019).

Pode-se observar que o capitalismo em questão, engloba a economia e a política representado na figura do Estado, e foi a partir deste que elas surgiram, como uma forma de apoiar as pessoas mais necessitadas, que eram excluídas da sociedade e de seus direitos (COSTA, 2018).

Vale ressaltar que esses projetos, que são as políticas sociais, devem estar sem uma dominação, sem que defendam ao certo um grupo social, mas sim a sociedade como um todo, ressaltando assim é liberdade como valor ético central, promovendo a autonomia de todos os indivíduos de uma sociedade (BUARQUE, 2019).

Ainda sobre os perigos desta dominação das políticas sociais, Buarque (2019) destaca que esse tipo de projeto, embora idealmente voltado para o bem comum, muitas vezes acaba sendo lesivo para a maioria da população. Isso ocorre porque as políticas macroeconômicas, mesmo que aparentemente universais, quando mal implementadas, tendem a beneficiar uma pequena parcela da sociedade e ainda prejudicar as camadas mais vulneráveis.

Desta forma, em vez de melhorar as condições de vida da maioria, tais projetos frequentemente têm o efeito contrário, ampliando desigualdades e exclusões, o que ressalta ainda mais a necessidade de uma análise cuidadosa dos impactos sociais dessas políticas, especialmente em países com altos índices de desigualdade, como o Brasil.

A Política Pública não significa apenas relação com política estatal, já foi bem enfatizado que também se relaciona com as questões sociais, e que o Estado é o ente que deve aprovar e liberar métodos para a efetivação de tal política, sendo um comprometimento entre o Estado e a sociedade (NEDER, 2019).

De acordo com Carneiro (2012) as principais mediações profissionais (que não são as únicas) são, portanto, as políticas sociais que, apesar de historicamente revelarem sua fragilidade e pouca efetividade no equacionamento das respostas requeridas pelo nível crescente de pobreza e desigualdade social, têm sido a via por excelência para as classes subalternas terem acesso a melhores condições, mesmo que de forma precária e insuficiente.

Ainda segundo os estudos de Costa (2018), o Estado deverá intervir sempre com o objetivo de garantir melhorias, ou o mínimo possível para aliviar danos à sociedade ou ainda com a produção de serviços que setores privados não poderão intervir ou realizá-los, o Estado deve propor uma política com benefícios públicos, para toda população ou que atinja o máximo possível de pessoas, com programas para instrumentar, garantindo os direitos.

As Políticas Sociais brasileiras são relacionadas a economia de um país, pois equivale ao nível econômico, político e ainda social, assim estão inseridas as suas funções. A partir deste princípio são produtos concretos até mesmo para o desenvolvimento do Estado, com funções primordiais no mundo capitalista, função social, econômica e política (SCHWARTZMAN, 2001).

As políticas sociais apresentam-se como estratégias governamentais de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado, destinadas a atender problemáticas particulares e específicas apresentadas pela questão social (produto e condição da ordem burguesa), contribuindo para uma subordinação dos trabalhadores ao sistema vigente e reproduzindo as desigualdades sociais decorrentes das diferentes participações no processo de produção (COSTA, 2018).

A intervenção do Estado ocorre para assegurar que as Políticas Sociais sejam garantias para a sociedade, assegurando seus direitos. Já os detratores destas

políticas amparam as ideias de que os direitos por sua vez ocasionariam uma acomodação da classe trabalhadora, colocando em risco o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, ressalta-se que o Estado assume uma responsabilidade em que fazem parte outros sujeitos sociais, que sozinhos não teriam condições para promover mudanças significativas (CAMPELLO; GENTILLI, 2018).

Portanto, a intervenção estatal por meio da Políticas Sociais é crucial não apenas para garantir os direitos, mas também para articular esta rede de esforços que envolvem diferentes setores da sociedade, com o objetivo de alcançar o bem-estar coletivo e promover a inclusão social.

É admissível afirmar que o Estado de bem estar social não foi um Estado voltado exclusivamente para a classe trabalhadora, embora fosse possível conseguir alguns benefícios para grande parte desta categoria assalariada, como exemplo, viu-se um ganho na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O que é possível detectar é que este Estado convencionou medidas de caráter social sem, contudo, perder seu caráter capitalista (SCHWARTZMAN, 2001).

Segundo Buarque (2019) o Estado de bem-estar social, que teve seu auge nos anos 50, caracterizou-se pela ampliação dos gastos sociais e pela significativa conglobação de capital. Enfim, no final da década de 60, as perspectivas de desenvolvimento começaram a se esgotar. Nesta mesma ocasião, se energizam os movimentos da classe trabalhadora, cujas exigências não se restringiam às questões econômicas, mas, sobretudo, à democracia no cerne das fábricas.

As legislações brasileiras garantem que todos os brasileiros tenham seus direitos sociais a salvo, mas para que estejam efetivamente assegurados é importante que as políticas públicas sejam consistentes, mesmo que enfrentem grandes dificuldades para sua implementação, isso acontece devido a falta de acordos entre os entes federados e profissionais ou voluntários que atuam no projetos sociais, como eles não geram lucros, são frequentemente vistos como um custo para os cofres públicos (COSTA, 2018).

O Estado tem conhecimento absoluto dos direitos sociais, e nem sempre contribui para tal, a administração pública precisa se humanizar mais, e saber que estas são necessidades que precisam ser estudadas e com elaboração de métodos para a resolução desses conflitos, devendo sempre ter reservas financeiras para caso de novas necessidades dentro dos orçamentos públicos (CAMPELLO; GENTILLI, 2018).

É importante refinar o olhar sobre o que é democracia e desconstruir o discurso reducionista que trata a democracia como se direito ao voto e discussões parlamentares, políticas, ideológicas e governamentais dessem conta desse conceito. Tudo isso é importante e os anos de ditadura mostraram que não são pouca coisa, mas democracia tem como base também a “construção” de cidadãos plenos de direitos à saúde, educação, transporte, moradia, saneamento segurança, lazer e acesso à informação (CARNEIRO, 2012).

É impossível pensar em uma democracia verdadeira que não dê acesso à saúde e educação a seus cidadãos, que não garanta segurança alimentar ao povo, entre muitas outras necessidades básicas, não dá para pensar uma democracia sem o povo com as necessidades atendidas, não existe democracia vazia de cidadãos de direitos, titulares de direitos (FONSECA, 2016).

A Constituição Federal brasileira é um grande marco dentro dessa contextualização que tem reconhecimento quanto às políticas sociais em prol de movimentos e criações de projetos sociais para contribuir com a amenização das desigualdades sociais. Diante dessa situação, o caso não é oferecer programas para que as pessoas recebam valores gratuitamente, muito pelo contrário, é induzir a um método de possibilidades de empregos, políticas em torno da saúde, resolvendo questões para erradicar a pobreza (CARNEIRO, 2012).

De acordo com os estudos de Campello e Gentili (2018), as políticas públicas, em conjunto com os projetos sociais, representam uma resposta essencial do Estado para atenuar as desigualdades e os contrastes sociais presentes na sociedade. Essas iniciativas buscam proporcionar oportunidades mais equitativas, especialmente para aqueles com menos recursos, facilitando seu acesso ao mercado de trabalho e outros espaços de inclusão socioeconômica.

Para Carneiro (2012), as políticas públicas envolvem a criação e planejamento de estratégias e técnicas para reduzir as desigualdades sociais, que têm se manifestado de maneira cada vez mais evidente ao longo dos anos, em novas configurações. Essas desigualdades se expressam por meio de questões como contradições sociais, miséria, desemprego, fome, pobreza e violência de gênero, entre outras violações dos direitos dos cidadãos, diante disso a adequação dessas políticas às novas realidades sociais e aos novos sujeitos é essencial para enfrentar esses desafios e promover uma maior justiça social.

As políticas públicas funcionam como ferramentas estratégicas para responder de forma eficaz às manifestações relacionadas à questão social, por meio da elaboração e execução de projetos que compreendam a realidade e as necessidades da população. Essas políticas visam a intervenção direta do Estado para atenuar as consequências das desigualdades sociais, promovendo a transformação social e a consolidação de políticas voltadas ao bem-estar social e à justiça (COSTA, 2018).

A análise abrangente das perspectivas e estratégias para a formulação de políticas públicas é crucial para o desenvolvimento econômico do Brasil, isso requer uma abordagem detalhada que considere não apenas os aspectos quantitativos da economia, mas também as dinâmicas sociais que a influenciam. Neste contexto, é importante destacar a relevância dos seguintes aspectos norteadores:

- **Cenário atual da economia brasileira:** a avaliação dos principais indicadores econômicos, tais como, o PIB, a inflação, desemprego e a balança comercial. A análise do impacto dos eventos mais recentes, como a pandemia, políticas governamentais e a instabilidade global;
- **Desafios e oportunidades:** a identificação dos desafios enfrentados pela economia brasileira como as desigualdades sociais, a infraestrutura, a burocracia e a instabilidade política. A exploração de oportunidades em setores promissores, como no caso da tecnologia, energias renováveis e o agronegócio.
- **Políticas públicas e reformas:** a análise das políticas econômicas em vigor e quais impactos elas acarretam, além da avaliação da necessidade e viabilidade de reformas estruturais.
- **Inovação e a tecnologia:** como esses dois pontos podem colaborar com o crescimento econômico e bem estar social, impulsionando as pesquisas e o desenvolvimento, assim como a adoção das tecnologias emergentes surgindo no mundo globalizado.
- **Internacionalização e o comércio exterior:** a exploração das relações comerciais internacionais e as estratégias para o fortalecimento da presença global do Brasil, gerando relações de ganha-ganha com outras nações criando benefícios internos.

- **Sustentabilidade e o meio ambiente:** dois pontos que vêm sendo bem abordados no decorrer do século XXI, pois versam sobre a integração das estratégias sustentáveis para o desenvolvimento econômico, a partir da avaliação das políticas ambientais e o impacto no crescimento econômico sustentável.
- **Educação e capacitação:** um dos maiores e mais destacados pontos que necessitam de estratégias eficazes, ressaltando a abordagem sobre a importância da educação e a capacitação para o impulsionamento da sociedade como um todo gerando retornos positivos em todos outros aspectos.

Os mecanismos que foram apresentados são apenas alguns pontos de partida para que sejam aplicadas metodologias eficazes para a amenização da desigualdade social e a diminuição significativa no índice de pobreza no Brasil.

Antes de finalizar esse capítulo é importante mencionar que apenas o desenvolvimento da economia brasileira a curto e médio prazo, ainda não é suficiente para retirar o Brasil da lista dos países mais desiguais do mundo, uma vez que o país tem décadas de construção e ampliação destas desigualdades. Esse fato fica visível em qualquer comparação, seja entre escolas públicas e particulares, seja no contraste social, que é comparando dois ambientes em um mesmo local, como por exemplo um prédio luxuoso de um lado, e do outro, um local precário, sem infraestrutura.

São condições bem perceptíveis ao fazer comparações simples no dia-a-dia, situação essa que tem raiz no fato das riquezas estarem concentradas em uma quantidade mínima de pessoas, uma parcela pequena da população no geral, e mesmo com o passar dos anos não vemos grandes alterações neste panorama, e isso, devido a uma série de fatores que foram apresentadas ao longo da pesquisa.

A extrema pobreza converge a diversos fatores, inclusive quando um indivíduo não tem sequer uma moradia, vivendo pelas ruas e sem qualquer tipo de oportunidade de trabalho. Desta forma o Brasil está vinculado a ser menos desenvolvido, mesmo com toda sua potencialidade e muitos são os fatores que compactuam para essa falha negativa do país, desde aos longos períodos de colonização e exploração do território brasileiro, até o número alto de pessoas com dificuldades de encontrar trabalho formal ou fontes de renda que estão nesse

patamar desfavorável, vivendo em moradias irregulares, em zonas de risco e até mesmo nas ruas.

Siqueira (2013) estabelece que a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais está diretamente ligada a uma série de fatores que englobam aspectos sociais, culturais, etários, de gênero e até mesmo relações internacionais, influenciando os aspectos econômicos. Ele aponta que a complexidade desse sistema, caracterizado pela escassez de múltiplos recursos, agrava questões fundamentais como a alimentação e a ausência das condições mínimas para a sobrevivência, evidenciando a dificuldade em garantir um padrão de vida digno para boa parte da população.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, como um marco jurídico, estabelece um compromisso imperativo no combate às violações de direitos e garantias de todos os cidadãos. Ela reforça o dever do Estado de desenvolver políticas e programas públicos para atender e proteger aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. O texto constitucional não só afirma a igualdade de todos perante a lei, mas também adota o princípio da equidade, proporcionando condições para que os mais desfavorecidos possam ter as mesmas oportunidades que os demais.

A partir da promulgação dessa Constituição, que busca eliminar qualquer forma de discriminação, foi consolidada a base legal para a luta pelos direitos sociais no Brasil, tornando-se a referência para a criação de políticas públicas que visam à promoção da justiça social e à garantia de direitos fundamentais para todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

A estrutura social de um país é fundamental para a proposta de melhorias e amenização das desigualdades sociais, levando em consideração um rol de fatores que coincidem com as divisões de diversas naturezas. Mesmo com a transformação da sociedade brasileira ao longo das décadas, a agenda social que trata justamente dessas questões sociais é superada por outras julgadas mais importantes ou necessárias, desta forma ficando de lado, por vezes esquecida, para ser colocada em prática em um período mais oportuno que por constantemente vezes não chega.

Desta forma políticas públicas são alternativas viáveis e legais e precisam ser elaboradas por profissionais com capacitação na área de atuação, devendo ser criadas com o dever de auxiliar as pessoas que delas necessitam, sem relação de domínio por um grupo de interesse no seu desenvolvimento, para que sejam

dedicadas o bem comum da sociedade e seus cidadãos. Entretanto a partir de suas deficiências e de não garantirem os direitos defendidos por leis, apenas acabam por amenizar os problemas em uma parcela mínima dos reais necessitados e ainda preenchendo pouquíssimas necessidades básicas, além de gerar um excesso de burocracia como efeito colateral, como se houvesse uma diversificação do que realmente acontece como resultado, seguindo assim, sem que haja o básico para a sobrevivência em diversos locais e em diversos aspectos neste contexto.

5 CONCLUSÃO

Diante ao que foi apresentado nessa pesquisa, os objetivos propostos foram devidamente alcançados, a problemática sociopolítica dos primeiros anos do século XXI em torno da desigualdade social brasileira apresentou um momento ímpar da história brasileira, de uma melhora convincente, não só dos indicadores para a sua redução, mas também, de um maior bem estar social. Entretanto, da forma como este fenômeno está enraizado na sociedade brasileira como um elemento estrutural da própria formação do país, demonstrou-se assim, nos anos subsequentes este período positivo, a complexibilidade de manter um ambiente favorável para a geração de um desenvolvimento econômico inclusivo, que por fim foi afetado por períodos de crises e instabilidades, apresentando um novo ciclo de propagação das desigualdades.

Com a literatura utilizada como base para a sustentação teórica deste estudo, foi constatado que houve uma melhoria no panorama econômico social do país no século XXI, e partir do início dos anos de 2000 até a metade da segunda década, avanços e melhorias nas condições de vida das pessoas também ocorreram mesmo que menores do a expectativa. Estes efeitos são consequências das decisões políticas demonstrando o histórico de desenvolvimento econômico e social do país, no entanto, é importante ressaltar que a desigualdade social ainda é uma situação bem comum, presente no cotidiano da maioria dos brasileiros, evidenciando a necessidade de políticas mais eficazes para combatê-la de forma mais profunda e duradoura.

Nesse viés, a pobreza e a desigualdade poderão ser enfrentadas e amenizadas com a elaboração estratégica de políticas públicas e que elas realmente sejam eficazes, ou seja, que os direitos fundamentais sejam efetivados e que possam produzir dignidade da pessoa humana e ainda o mínimo existencial como primórdios de sustentação para temática, para que assim, possa garantir uma vida digna de todos os cidadãos, o que só poderão ocorrer com esses planejamentos sociais.

Percebe-se que o problema envolve questões políticas, econômicas, de saúde e sociais acarretando em uma série de desafios para o poder público, além de uma série de situações que violam os direitos humanos para as quais a sociedade e o próprio Estado são por muitas vezes indiferentes. Assim resalta-se a necessidade

de analisar, planejar e executar as políticas públicas conforme discorrido neste estudo.

Na análise do processo de implementação de políticas públicas voltadas para pessoas em situação de pobreza, que representam uma parcela significativa da população brasileira, é fundamental discutir conceitos e motivos que justifiquem a aplicação dessas medidas, sendo crucial compreender a coordenação entre os profissionais envolvidos, bem como sua capacidade de aderir e implementar tais políticas de forma eficaz. A articulação entre os gestores e as equipes executoras deve considerar a complexidade das desigualdades sociais, garantindo que as políticas públicas sejam aplicadas de maneira eficiente e transformadora.

Cabe ao Estado promover o bem estar social se responsabilizando pela administração econômica do país e ainda às funções que tangem as questões sociais e sua proteção, como promover saúde, educação, infraestrutura dentre outros determinantes que compactuam para o desenvolvimento. Entretanto as ações governamentais ainda estão longe de ser eficazes, o que acaba compactuando mais ainda com o aumento das diferenças nas condições de vida da sociedade.

As políticas públicas condizem com uma análise associativa quanto ao que foi apresentado neste estudo, conferindo as ações governamentais que são desenvolvidas em conjunto e como um método para a elaboração dos programas e dos projetos que condicionam a garantia dos direitos e das condições com dignidade da vida aos cidadãos, efetivando e fazendo jus ao significado da equidade, como um fator justiça social para todos.

Existe uma parcela da sociedade que busca pelos direitos com equidade, movimentos em prol de melhores condições de vida, mesmo com as dificuldades enfrentadas, é raro que essas pessoas não tenham seus direitos violados em caráter da situação que vivem, justamente corroborando com a constante quebra de respeito aos direitos fundamentais adquiridos a partir da Constituição de 1988.

O século XXI ao ser comparado com o anterior, já iniciou com melhorias, com a criação de programas voltados para a amenização da desigualdade social. Conforme mensurado, o Bolsa Família, e outros auxílios decorreram a partir de então, como por exemplo o Programa Fome Zero. São decisões políticas que demonstram que a pobreza e a desigualdade podem ser enfrentadas, sendo necessário o avanço em um projeto de desenvolvimento econômico e social de forma consciente que viabilize o combate a esses dois fenômenos.

O que foi constatado então, relacionando a desigualdade social e a pobreza com efeitos no desenvolvimento econômico é que o Brasil, no século XXI não é um país pobre, mas sim um país extremamente injusto e desigual, concentrando a riqueza em uma pequena parcela de pessoas, enquanto que a maioria vive na pobreza ou extrema pobreza, sendo necessário métodos para que esses dados sejam diminuídos, pois para o enfrentamento a esta situação é um desafio de combinação da democracia com eficiência econômica que deve visar como primeira necessidade a justiça social, situação essa que é considerada urgente a partir do que foi determinado neste estudo.

Portanto, com a elaboração dessa pesquisa, ficou evidente o panorama complexo e crítico da desigualdade social no Brasil, que se estende além da questão apenas da renda, se retroalimentando com fatores que ela mesmo acaba por criar como a exclusão social, desta forma gerando enormes desafios desde os primórdios da sociedade brasileira até o tempo presente. Ainda assim a partir das análises das referências no tema se constatou que, apesar de igualmente complexo ao fenômeno, o desenvolvimento de programas sociais que reduzam os números, melhorem condições gerais da vida das pessoas, cumprindo com os preceitos de justiça social irrestrita, podem sim ser possíveis com planejamento e execução assertiva reforçando a importância da inclusão social e do crescimento econômico para que possam oferecer resultados satisfatórios com a redução da pobreza, estimulando assim as políticas visando o desenvolvimento para a sustentação da dinâmica econômica e social do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lilian. **As consequências do fim da escravidão no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.escolakids.com/as-consequencias-do-fim-da-escravidao-no-brasil.htm> Acesso em: 24 de fev. 2024
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BEDUKA, BLOG – Como o Coeficiente de Gini funciona e como ler o gráfico. Disponível em: <https://beduka.com/blog/materias/coeficiente-de-gini/>. Acesso em: 01 de nov. 2024.
- BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021**. Agência IBGE. Estatísticas Sociais. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=De%202021%20a%202022%2C%20a,%2C0%25%2C%20extremamente%20pobres>. Acesso em: 01 de mar. 2024.
- BUARQUE, Cristovam. **Por que falhamos?** o Brasil de 1992 a 2018. Tema Editorial. Brasília, 2019.
- CAMPELLO, Tereza; GENTILLI, Pablo. **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Fiocruz. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 42, N. ESPECIAL 3, P. 54-66, NOVEMBRO 2018.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. Artigo Online. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.
- CONSIDERA, Claudio. *et al.* **120 anos: auge e declínio da economia brasileira**. Blog do IBRE, Fundação Getúlio Vargas, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/120-anos-auge-e-declinio-da-economia-brasileira>. Acesso em em: 6 de dez. 2024.
- COSTA, Thaís Alves. **A promoção do desenvolvimento humano de Amartya Sen a partir da smithiana**. ISSN online 2178-4612 Disponível: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura>. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 23, n. 2, p. 402-418, maio/ago. 2018.
- FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto do patrimônio mínimo à luz do novo Código Civil brasileiro e da Constituição Federal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, Nest 2016.
- FERNANDES, Daniela. **4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório**. Revista NNC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761> Acessado em: 26 de fev. 2024.

GARCIA, A. V. **A pobreza humana: concepções, causas e soluções**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2017.

GODINHO, I. C. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas sociais**. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS. 1, 2011. Anais. 2011.

GUTIERREZ, Beatriz Aparecida Ozello; SILVA, Henrique Salmazo da. **Dimensões da qualidade de vida de idosos moradores de rua do município de São Paulo**. Saúde e Sociedade. versão impressa ISSN 0104-1290. Saude soc. vol.22 no.1 São Paulo jan./mar. 2017.

LEAL, G. F. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

MOZETTI, Rita Marta. **O desenvolvimento como liberdade de Sen, a educação libertadora de Freire e o desenvolvimento humano: diálogo entre Sen, Freire e a educação para o século XXI**. CAMINE: Caminhos Da Educação, Franca, v. 10, n. 1, p 75-93, jul. 2018.

NEDER, Raquel do Nascimento. **A teoria do desenvolvimento de Amartya Sen: uma discussão teórico-empírica do papel das liberdades humanas**. Artigo científico. UFM. Centro de Ciências Sociais. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2019.

NERI, M. **Qual foi o impacto da crise sobre pobreza e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Desigualdade no início do século XXI: O Brasil na contramão mundial?** DOI: <http://10.18315/argumentum.v11i3.24810>. Argum., Vitória, v. 11, n. 3, p. 171-185, set./dez. 2019. | ISSN 2176-9575.

OXFAM Brasil; Instituto Datafolha. **Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em em: 6 de dez. 2024.

OXFAM Brasil. **Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas**. Organização de Carolina Gonçalves. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em em: 10 de dez. 2024.

PIRES, R. R. C. **Implementando desigualdades?** Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re)produção de desigualdades. Boletim de Análise Político-Institucional, Rio de Janeiro: IPEA, out. 2017.

PEDROSO, M. T. P. **A retomada do papel do Estado no Brasil: o novo desenvolvimentismo**. Revista de Economia e Sociedade Contemporânea, v. 10, n. 1, p. 1-20, Salvador 2020.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

POCHMANN, M. **A vez dos intocáveis no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

POCHMANN, M. **Desigualdade brasileira no início do século XXI: o que há de novo? A grande sociedade – qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro?**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 3ª ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate**. Contemporânea ISSN: 2236-532X n. 1 p. 49-68 Jan.–Jun. Rio de Janeiro, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil**. Artigo Científico. Disponível em: https://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm#_Toc517261224. Rio de Janeiro, 2001. Acesso em em: 13 de abr. 2024

SEEKING, J. **Inequality, popular attitudes and elite ideology in Africa: the case of social protection**. In: UNRISD CONFERENCE OVERCOMING INEQUALITIES IN A FRACTURED WORLD: BETWEEN ELITE POWER AND SOCIAL MOBILIZATION, 2018, Geneva, Switzerland. Anais... Geneva: UNRISD, 8-9 nov. 2018.

SILVA, G. M. et al. **Elites' Perceptions of Inequality**. UNRISD CONFERENCE OVERCOMING INEQUALITIES IN A FRACTURED WORLD: BETWEEN ELITE POWER AND SOCIAL MOBILIZATION, 2018, Geneva, Switzerland. Anais... Geneva: UNRISD, 8-9 nov. 2018.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**: In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo (Ed.) Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paumam. São Paulo: Educ, 1999, p.126.

VÉRAS, M. P. **Exclusão social – um problema de 500 anos**. In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2018.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. In: Revista Temporalis, ano 2, n. 3 (jan/jun.2001), Brasília. ABEPS, Grafiline, 2001.